

000001



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

---

OFÍCIO CIRCULAR

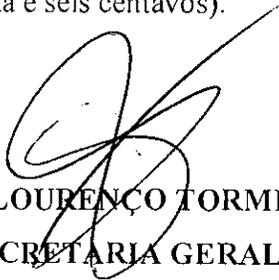
Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

DE: JOSÉ LOURENÇO TORMENA

PARA: DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria a competente Autorização para firmar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS.** O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos).

Cordialmente,

  
JOSÉ LOURENÇO TORMENA  
SECRETARIA GERAL

000002



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

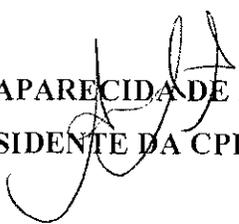
DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PARA: GABINETE DO PREFEITO

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Senhor Prefeito,

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria a competente Autorização para que possamos realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por **INEXIGIBILIDADE**, com número de 017/2016.

Atenciosamente,

  
ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU  
PRESIDENTE DA CPL

000003



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

DE: GABINETE DO PREFEITO

PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

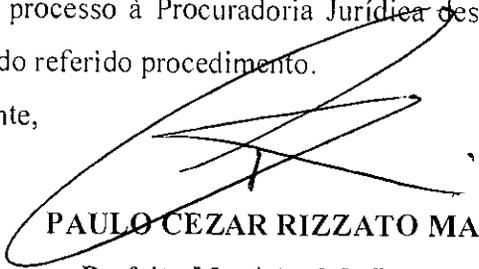
Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente profiro a competente Autorização para que possamos realizar licitação. O presente processo tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por INEXIGIBILIDADE, com número de 017/2016.

Por oportuno visando impor legalidade aos atos públicos, solicito o encaminhamento do processo à Procuradoria Jurídica desta municipalidade, para fins de apreciação e análise do referido procedimento.

Atenciosamente,



PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS

Prefeito Municipal de Indianópolis

000004



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77

E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

**DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**PARA: CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE**

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria a indicação de recursos orçamentários para proceder a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por **INEXIGIBILIDADE**, com número de 017/2016.

Atenciosamente,

**ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU**  
**PRESIDENTE DA CPL**

0000/5



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [assessoria@indianopolis.pr.gov.br](mailto:assessoria@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

**COMUNICADO INTERNO**

**Edital 017/2016-INEXIGIBILIDADE**

**Da:**

Divisão Municipal de Contabilidade

**Para:**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Indianópolis-Pr, 22 de novembro de 2016.

Ilmo. Senhor,

Pelo presente informamos haver recursos orçamentários para fazer face ao ônus decorrente da realização de Inexigibilidade, visando **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS"**, conforme pedido anexo nº 017/2016-INEX.

Informamos existir recursos na referida dotação abaixo especificada.

**03 - SECRETARIA GERAL**

**03.001 GABINETE DO SECRETARIO GERAL**

**04.122.0007-2016 Encargos Gerais do Município com a Adm. Municipal**

**3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**

**3.3.90.39.57.00 Serviços de Processamento de Dados**

150 - 0000 Recurso Ordinário

160 - 00510 Taxas - Exercício Poder de Polícia

170 - 00511 Taxas - Prestação de Serviços

Atenciosamente,

Andrei Marcel Muraro  
Contador - CRC PR 066658/0-8



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PARA: ASSESSOR JURÍDICO

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria o devido parecer prévio concernente aos procedimentos visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por INEXIGIBILIDADE, com número de 017/2016.

Informamos ainda que seguem anexos todos os documentos pertinentes ao processo em questão.

Atenciosamente,

ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU  
PRESIDENTE DA CPL



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

000007

OFÍCIO CIRCULAR

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

**DE: JOSÉ LOURENÇO TORMENA**

**PARA: DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria a competente Autorização para firmar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos).

Cordialmente,

**JOSÉ LOURENÇO TORMENA**  
**SECRETARIA GERAL**

**Proposta Comercial de Serviços de Telecomunicações para o Município de Indianópolis**  
**CNPJ: 75.798.355/0001-77**  
**Serviços: IP Direto**



CNPJ 04.368.865/0001-66

IP Direto é um produto de acesso à Internet, com alta qualidade e disponibilidade com banda simétrica, tendo acesso realizado por meio de cabo óptico, sem filtros no Backbone da Copel, permitindo tráfego em tempo real (voz e vídeo). Este produto disponibiliza 1 (um) endereço de IPv4 público (endereço válido).

Seq	Cotação	Local	Endereço	Cidade	Produto	Velocidade	Acesso Óptico (m)	Valor do Acesso Óptico	Taxa de Instalação	Margem (Cotação)
1	353892	Paço Municipal	Praca Caramuru, 150	Indianópolis	IP Direto	8 Mbps	0	Sem custo		R\$ 1.007,73

<sup>1</sup> Consulte o item 5 para maiores detalhes a respeito do cálculo realizado para se chegar ao Valor do Acesso Óptico.

<sup>2</sup> Taxa de instalação: valor cobrado pela instalação do serviço - cobrança única.

1. A presente cotação não compreende o fornecimento/instalação de rede de acesso redundante e/ou proteção de placas/equipamentos nas pontas.

2. Eventuais restrições/condicionamentos para passagem de cabo óptico interno e demais situações que obriguem a obtenção de liberação/autorização de uso da infraestrutura interna (shoppings centers, prédios comerciais, centros administrativos e outros), deverão ser tratadas/negociadas pelo cliente, cabendo a este, quando aplicável, a responsabilidade de pagamento ao detentor da infraestrutura.

3. No caso de necessidade de autorização para lançamento de cabos em faixa de domínio da concessionária em rodovias pedagiadas, o serviço será executado mediante autorização da concessionária e eventuais custos correrão por conta da contratante.

4. Infraestrutura mínima nas instalações do usuário:

4.1. Ponto de energia elétrica para alimentação do modem/conversor óptico (127/220V AC);

4.2. Tubulação com cabo guia, incluindo caixas de passagem para lançamento da fibra óptica (saída da entrada principal de cabos até o ponto de instalação do circuito). A tubulação deve ter no mínimo, 50mm de diâmetro (2") e raio de curvatura mínimo de 25cm;

4.3. Rack padrão 19", fixado definitivamente, para a instalação dos equipamentos ópticos (DIO e Modem) da Copel Telecom, dentro das instalações do cliente.

5. Para cada solicitação de ativação de um novo ponto, a contratada realizará estudo de viabilidade técnica para constatar se é possível o atendimento. Caso positivo, será analisado se a metragem de fibra necessária para atendimento supera a franquia de 300 metros. Em caso afirmativo, será cobrado o valor de R\$ 6,32 por metro excedente à franquia até 2.000 metros e R\$ 12,28 por metro excedente a 2.000 metros.

6. Prazo de contratação: 12 meses.

Validade da proposta: 30 dias.

Curitiba, 22/11/2016.

**Copel Telecomunicações S.A.**

Rua José Izidoro Bizetto, 158

CEP 81200-240 Curitiba – Paraná – Brasil

www.copeltelecom.com

Fone: 0800-414181

Fax: (41) 3331-3100

E-mail: corporativo.cte@copel.com



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PARA: GABINETE DO PREFEITO

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Senhor Prefeito,

Pelo presente solicito a Vossa Senhoria a competente Autorização para que possamos realizar **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por **INEXIGIBILIDADE**, com número de 017/2016.

Atenciosamente,

  
ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU  
PRESIDENTE DA CPL



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

**DE: GABINETE DO PREFEITO**

**PARA: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

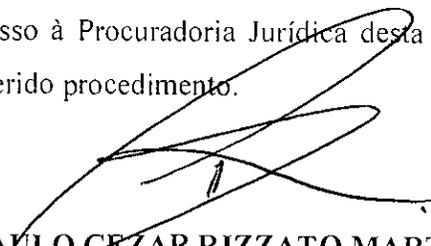
Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente profiro a competente Autorização para que possamos realizar licitação. O presente processo tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.** O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por **INEXIGIBILIDADE**, com número de 017/2016.

Por oportuno visando impor legalidade aos atos públicos, solicito o encaminhamento do processo à Procuradoria Jurídica desta municipalidade, para fins de apreciação e análise do referido procedimento.

Atenciosamente,



**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**

**Prefeito Municipal de Indianópolis**



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

COMUNICADO INTERNO

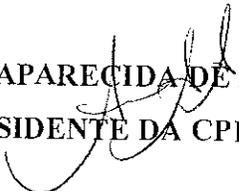
DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PARA: CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria a indicação de recursos orçamentários para proceder a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por INEXIGIBILIDADE, com número de 017/2016.

Atenciosamente,

  
ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU  
PRESIDENTE DA CPL

000012



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [licitacao@indianopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

---

COMUNICADO INTERNO

DE: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
PARA: ASSESSOR JURÍDICO

Indianópolis-PR, 22 de novembro de 2016.

Prezado Senhor,

Pelo presente solicitamos a Vossa Senhoria o devido parecer prévio concernente aos procedimentos visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. O preço máximo para a presente licitação fica estipulado em R\$12.092,76 (doze mil, noventa e dois reais e setenta e seis centavos). A licitação será realizada por INEXIGIBILIDADE, com número de 017/2016.

Informamos ainda que seguem anexos todos os documentos pertinentes ao processo em questão.

Atenciosamente,

ANTÔNIA APARECIDA DE ABREU  
PRESIDENTE DA CPL



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

000013

## PARECER JURÍDICO

PROCESSO N. 150/2016

Indianópolis, 24/11/2016

DE: DEPARTAMENTO JURÍDICO  
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Senhor Prefeito

À apreciação deste Setor Jurídico o processo administrativo referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS.

O presente processo foi devidamente observado no que pertine às exigências constantes no art. 7º, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

De acordo com a informação contida no ofício da Comissão Permanente de Licitação, o preço da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS importa em R\$12.092,76 (Doze Mil e Noventa e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos) estando desta forma cumprida a imposição contida no inciso XXI da Constituição do Estado do Paraná.

O Departamento de Contabilidade informa a existência de previsão de recursos de ordem orçamentaria para fazer face às obrigações decorrentes da contratação, esclarecendo que o pagamento será efetuado através da Dotação Orçamentaria:

DOTAÇÕES					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2016	150	03.001.04.122.0007.2016	0	3.3.90.39.57.00	Do Exercício
2016	160	03.001.04.122.0007.2016	510	3.3.90.39.57.00	Do Exercício
2016	170	03.001.04.122.0007.2016	511	3.3.90.39.57.00	Do Exercício

de acordo com o estabelecido no art.167, incisos I e II da Constituição Federal e art.7º, parágrafo 2º, inciso III da lei de licitações e contratos administrativos.

A licitação dar-se-á sob a modalidade **Processo inexigibilidade**.

É o Parecer,

JOSE AIRTON GONÇALVES

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

000014

## ESTATUTO SOCIAL

Aprovado e consolidado na 31ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 10.10.2013 e alterado pela: 34ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 23.04.2015, 35ª Assembleia Geral Extraordinária, de 29.04.2015, 39ª Assembleia Geral Extraordinária, de 29.03.2016 e 40ª Assembleia Geral Extraordinária, de 28.04.2016

CNPJ: 04.368.865/0001-66  
Inscrição Estadual: 90.233.099-28  
NIRE: 41300019274  
Inscrição Municipal: 00423672-9  
Endereço:  
Rua José Izidoro Biazetto, 158 - bloco A  
Curitiba - Paraná - Brasil  
CEP: 81200-240  
Website: <http://www.copel.com>  
Fone: (55-41) 3331-4141  
Fax: (55-41) 3331-4112

<b>CAPÍTULO I</b>	<b>DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>DO CAPITAL E DAS AÇÕES .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
	<b>Seção I DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
	<b>Seção II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
	<b>Seção III DA DIRETORIA .....</b>	<b>4</b>
	<b>Seção IV DAS NORMAS COMUNS AOS MEMBROS</b>	
	<b>DA DIRETORIA .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>DO CONSELHO FISCAL .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>DA ASSEMBLEIA GERAL .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	<b>DO EXERCÍCIO SOCIAL .....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO VII</b>	<b>DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS.....</b>	<b>7</b>

**ANEXOS:**

1.	ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS.....	8
2.	EVOLUÇÃO DO CAPITAL (ART. 4º).....	9
3.	LEI ESTADUAL Nº 12.355, DE 08.12.1998.....	10
4.	RESOLUÇÃO ANEEL Nº 558, DE 20.12.2000.....	11

**CONVENÇÕES:**

**AG:** ASSEMBLEIA GERAL

**AGE:** ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**JUCEPAR:** JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

**DOE PR:** DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

**DOU:** DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

**Observação:**

O texto original do Estatuto da Copel Telecomunicações S.A. foi outorgado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel no ato de constituição da Copel Telecomunicações S.A., em 20.03.2001, mediante escritura pública, na mesma data, no 10º Tabelionato de Curitiba, conforme fls. 138/141 do Livro de Notas nº 612-N., arquivada na Jucepar, sob o nº 41300019274, em 04.04.2001.

## **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO**

- Art. 1º** A Copel Telecomunicações S.A., abreviadamente denominada "Copel Telecom", é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a:
- a) explorar e prestar serviços de telecomunicações, de comunicações e serviços correlatos, com e sem fornecimento de materiais;
  - b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de telecomunicações, de comunicações e correlatos;
  - c) prestar serviços de consultoria e de engenharia, bem como comercializar materiais e equipamentos, dentro de sua área de atuação;
  - d) explorar e prestar serviços de valor adicionado relacionados ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação de informações e quaisquer atividades conexas;
  - e) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e
  - f) prestar serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções de software, infraestrutura, operação, atendimento e suporte a usuários (service desk), segurança e correlatos, no âmbito dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- § 1º** Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel Telecom firmará contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel.
- § 2º** Para execução das atividades referidas neste artigo e das demais atividades necessárias à consecução dos fins sociais, a Companhia poderá participar de outras sociedades, observada a legislação aplicável.
- Art. 2º** A Sociedade tem sede e foro na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, entretanto, criar ou extinguir filiais.
- Art. 3º** É indeterminado o prazo de duração da Companhia.

## **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES**

- Art. 4º** O capital social subscrito e integralizado é de R\$316.096.899,88 (trezentos e dezesseis milhões, noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), representados por 316.096.899 (trezentos e dezesseis milhões, noventa e seis mil, oitocentas e noventa e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

## **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO**

### SEÇÃO I

#### DA ADMINISTRAÇÃO

- Art. 5º** A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.
- Art. 6º** A representação da Companhia é privativa da Diretoria.

**SEÇÃO II**

**DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

- Art. 7º** O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, contendo, no mínimo, o Diretor Presidente da Companhia e 01 (um) Diretor da Companhia Paranaense de Energia - Copel.
- Parágrafo único:** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos.
- Art. 8º** O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, sendo substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Conselheiro escolhido por seus pares.
- Art. 9º** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que necessário, obedecida a convocação, por escrito, pelo seu Presidente, com antecedência de 72 horas, funcionando com a presença de maioria simples de seus membros.
- Art. 10** Compete ao Conselho de Administração:
- I. assegurar ações da Companhia para garantir os resultados ajustados por meio de contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel;
  - II. decidir sobre assuntos estratégicos da Companhia;
  - III. eleger, destituir, aceitar renúncia, substituir Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, na forma do presente Estatuto Social;
  - IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar livros, documentos e atos obrigacionais da Companhia;
  - V. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
  - VI. estabelecer critérios para a alienação e/ou cessão em comodato de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido;
  - VII. decidir sobre outros casos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e
  - VIII. convocar, por seu Presidente ou Secretário Executivo a Assembleia Geral.
- § 1º** As deliberações do Conselho de Administração serão por maioria simples de votos.
- § 2º** Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.
- Art. 11** Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões, dirigir os trabalhos e proferir, além do voto pessoal, o de qualidade. As licenças do Presidente serão concedidas pelo Conselho.

**SEÇÃO III**

**DA DIRETORIA**

- Art. 12** A Companhia terá uma Diretoria com funções executivas, composta de 03 (três) membros, residentes no País, brasileiros ou maioria de brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor de Finanças e um Diretor Adjunto.
- Art. 13** Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. Até que se realize a eleição, poderá o Diretor Presidente, nos termos do artigo seguinte, designar um substituto provisório. A eleição, contudo, poderá ser dispensada, se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria então em exercício.

**Art. 14** Nos casos de impedimento temporário ou licença de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente poderá designar, para substituí-lo, outro Diretor.

**Art. 15** Compete à Diretoria:

- I. gerir todos os negócios da Companhia, a fim de se buscar o desenvolvimento com sustentabilidade;
- II. observar as políticas e diretrizes traçadas pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, submetendo-se, ainda, à coordenação daquela companhia em relação às matérias definidas em seu Estatuto Social;
- III. cumprir o contrato de gestão firmado com a Companhia Paranaense de Energia - Copel;
- IV. recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis, assim como a alienação, cessão em comodato ou oneração de quaisquer bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e a prestação de garantias, quando tais operações forem de valor superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, e deliberar quando forem de valor inferior a esse limite, além de encaminhar relatório a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal sempre que o valor acumulado dessas operações atingir 5% (cinco por cento);
- V. fazer-se presente, através de seu Diretor Presidente ou Diretor por ele designado, à Assembleia Geral Ordinária; e
- VI. conceder licença a seus membros.

§ 1º Considera-se a Companhia obrigada pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente;

§ 2º As atribuições constantes dos artigos 16 a 18 deste Estatuto poderão ser ampliadas pelo Conselho de Administração.

§ 3º Poderá qualquer dos Diretores representar individualmente a Companhia, na celebração de convênios e em operações de comodato, locação e aquisição de bens e serviços, observadas normas internas aprovadas pela Diretoria, facultando-se-lhes, para tanto, constituir mandatários dentre empregados da Companhia.

§ 4º A Companhia poderá constituir procuradores com poderes especiais e expressos para atos e operações especificados, e bem assim procuradores com poderes "ad negotia" para assinar quaisquer documentos de responsabilidade da Companhia, especificada no instrumento a duração do mandato.

§ 5º Sem prejuízo do disposto no art. 16, inciso IV, deste Estatuto, a representação da Companhia em juízo, em depoimento pessoal, poderá também ser exercida por advogado ou por outro empregado designado pelo Diretor Presidente.

§ 6º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Se, porém, da deliberação tomada divergir o Diretor Presidente, poderá este, sustentando os efeitos daquela, apelar, em 05 (cinco) dias, para o Conselho de Administração.

**Art. 16** Compete ao **Diretor Presidente**:

- I. dirigir e coordenar os trabalhos da Diretoria;
- II. superintender e dirigir os negócios da Companhia;
- III. propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores;
- IV. representar a Companhia em Juízo ou fora dele, e, de modo geral, em suas relações com terceiros, podendo para tal constituir procuradores, bem como designar prepostos;

- V. assinar os documentos de responsabilidade da Companhia, observado o disposto no artigo 15, §§ 1º e 3º;
- VI. apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual dos negócios da Companhia, ouvido o Conselho de Administração; e
- VII. exercer as funções de Secretário Executivo do Conselho de Administração.
- Art. 17 Compete ao **Diretor de Finanças** dirigir as atividades e coordenar os assuntos relativos a gestão e planejamento econômico, financeiro, tributário, contábil e orçamentário, de seguros patrimoniais e de aplicações e investimentos no mercado financeiro.
- Art. 18 Compete ao **Diretor Adjunto** exercer as atribuições que lhe forem especificamente estabelecidas nos termos deste Estatuto Social.

#### SEÇÃO IV

##### DAS NORMAS COMUNS AOS MEMBROS DA DIRETORIA

- Art. 19 Os administradores apresentarão, no início e no fim da gestão, declaração de bens na forma da Lei.
- Art. 20 Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de "Termo de Posse", em livro próprio.
- Art. 21 A remuneração dos Administradores será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser alterada por decisão da Assembleia Geral Extraordinária.
- Parágrafo único:** Ao Diretor que tiver vínculo empregatício com a Companhia, é facultado receber a remuneração paga aos demais diretores, ou continuar recebendo o salário inerente à função que exercia.

#### **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL**

- Art. 22 A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que serão os mesmos indicados para a Companhia Paranaense de Energia - Copel pelo Estado do Paraná, eleitos anualmente pela Assembleia Geral.
- Art. 23 O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e se reunirá quando convocado por seu Presidente.
- Parágrafo único:** O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares.
- Art. 24 O Conselho Fiscal funcionará com as atribuições e competências, deveres e responsabilidades, estabelecidos em Lei.

#### **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL**

- Art. 25 A Assembleia Geral constituir-se-á pelos acionistas regularmente convocados e formando número legal, os quais assinarão Livro de Presença, observadas as demais disposições legais.
- Art. 26 A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano, em dia, lugar e hora previamente marcados, nos termos da Lei, e extraordinariamente, quando convocada.
- Parágrafo único:** A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência e impedimento, por outro Conselheiro, e dirigida pelo Diretor Presidente ou por um acionista escolhido, na ocasião, pelos acionistas presentes.

Para compor a mesa diretora dos trabalhos, o Presidente da Assembleia convidará, dentre os presentes, um para servir como Secretário.

**Art. 27** A convocação é dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76.

### **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**Art. 28** Em 31 de dezembro de cada ano, a Companhia encerrará o seu exercício social, ocasião em que serão levantados o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras exigidas em Lei, observando-se, quanto aos resultados, as seguintes regras:

- I. do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e
- II. constituirá reserva para investimento possibilitando a execução do seu programa de obras contido no Orçamento Anual de Investimento - OAI, no montante limitado de forma a garantir ao acionista o direito de receber dividendo mínimo, em cada exercício, de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 202, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76.

§ 1º O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

§ 2º Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo o permita a situação financeira da Companhia.

§ 3º Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior.

**Art. 29** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e a Administração poderá antecipar a distribuição de dividendos intermediários, "ad referendum" da Assembleia Geral.

### **CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 30** A dissolução e a liquidação da Companhia far-se-ão de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito.

000021



### ANEXO 1 - ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

O texto original do Estatuto da Copel Telecomunicações S.A. (outorgado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel no ato de constituição da Copel Telecomunicações S.A., em 20.03.2001, mediante escritura pública, na mesma data, no 10º Tabelionato de Curitiba, conforme fls. 138/141 do Livro de Notas nº 612-N., arquivada na Jucepar, sob o nº 41300019274, em 04.04.2001) foi objeto de modificações cujas referências são citadas a seguir:

Ata da AG de	JUCEPAR		Extrato publicado no DOE PR de
	Nº arq.	Data	
30.08.2001	20012540579	23.11.2001	
08.01.2003	20030147115	22.01.2003	29.01.2003
28.04.2006	20061227889	09.05.2006	19.05.2006
22.08.2006	20063496941	29.09.2006	10.10.2006
30.04.2007	20071918353	01.06.2007	12.06.2007
30.11.2007	20075330180	07.12.2007	
18.04.2008	20081789157	02.05.2008	
13.03.2009	20091796954	12.05.2009	
03.05.2010	20105537896	24.05.2010	
09.07.2010	20107407841	26.08.2010	
26.04.2012	20123192587	09.05.2012	15.05.2012
22.08.2012	20125494564	24.08.2012	30.08.2012
23.04.2015	20152637036	13.05.2015	19.05.2015
29.04.2015	20152927700	25.05.2015	29.05.2015
29.03.2016	20161880134	07.04.2016	13.04.2016
28.04.2016	20162566700	17.05.2016	23.05.2016

000022



**ANEXO 2 - EVOLUÇÃO DO CAPITAL (ART. 4º)**

Capital Inicial, em 20.03.2001: R\$ 1.000.000,00

<b>Ata da AG de</b>	<b>NOVO CAPITAL APROVADO - R\$</b>	<b>JUCEPAR</b>		<b>Extrato publicado no DOE PR de</b>
		<b>Nº ARQ.</b>	<b>DATA</b>	
30.08.2001	120.650.010,00	20125404579	23.11.2001	
28.04.2006	187.893.790,32	20061227889	09.05.2006	19.05.2006
30.04.2007	194.053.790,32	20071918353	01.06.2007	12.06.2007
03.05.2010	194.754.541,83	20105537896	24.05.2010	
22.08.2012	240.396.899,88	20125494564	24.08.2012	30.08.2012
23.04.2015	304.196.899,88	20152637036	13.05.2015	19.05.2015
28.04.2016	316.096.899,88	20162566700	17.05.2016	23.05.2016

ANEXO 3 - LEI ESTADUAL Nº 12.355/98\*

*Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamento ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S.A. e adota outras providências.*

(...)

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

**Art. 2º** - A composição, organização, atribuições, competências, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente Lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(...)

Curitiba, 08 de dezembro de 1998

JAIME LERNER  
Governador do Estado

Giovani Geonédis  
Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho  
Secretário de Estado do Governo

\*Publicada no DOE PR de 09.12.1998, p. 24, nº. 5392.

**ANEXO 4 - RESOLUÇÃO ANEEL N° 558, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2000\***

*Autoriza a Companhia Paranaense de Energia - COPEL a constituir cinco subsidiárias integrais, para fins de desverticalização de suas atividades.*

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 251 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, nos incisos I e IV, art. 4º, Anexo I, do Decreto n.º 2.335, de 6 de outubro de 1997, o que consta do Processo n.º 48500.008685/00-29, e considerando que:

- a Lei Estadual do Paraná n.º 12.355, de 8 de dezembro de 1998, autorizou a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL; e

- foram cumpridas as condições da primeira etapa de análise do processo de reestruturação societária, à qual se seguirá a de avaliação, pela Aneel, dos aspectos envolvendo a cisão do patrimônio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, resolve:

**Art. 1º** Anuir à proposta de constituição, pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, das subsidiárias integrais denominadas COPEL Geração S.A., COPEL Distribuição S.A., COPEL Transmissão S.A., COPEL Participações S.A., e COPEL Telecomunicações S.A., para fins de desverticalização de suas atividades, a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral de Acionistas da concessionária.

**Art. 2º** Determinar que a próxima etapa do processo de reestruturação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, representada pela cisão do seu patrimônio, seja submetida à prévia anuência da Aneel, que analisará a proposta, tendo presente o equilíbrio das empresas que desempenharão a função de concessionárias de serviços de energia elétrica.

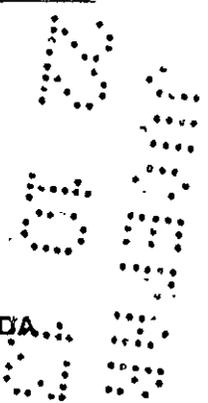
**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO**

\*Publicado no DOU de 21.12.2000, Seção 1, p. 60, V 138, n. 245 - E.

0000/65

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL



ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Aos dez dias de outubro de dois mil e treze, às dezoito horas, na sede da acionista controladora, Companhia Paranaense de Energia - Copel, na Rua Coronel Dulcídio nº 800 - 10º andar, Curitiba - PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A., que ao final assinam. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Colegiado informou que a reunião fora convocada a fim de que os conselheiros deliberassem sobre a eleição da Diretoria da Copel Telecomunicações S.A., necessária após a reestruturação organizacional da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com reflexo em suas subsidiárias integrais, aprovada pela 187ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Copel Holding e pela 31ª Assembleia Geral Extraordinária desta subsidiária integral. Após apresentação do respectivo currículo e declaração de desimpedimento, foi eleito, para completar o mandato relativo ao triênio 2013/2016, como Diretor Adjunto, o Sr. MAURICIO DAYAN ARBETMAN, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 06319900-4-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 910.430.857-34, residente e domiciliado na rua Desembargador Motta nº 1890, ap. 1201, Centro - Curitiba - PR - CEP 80.420-190. Mantêm-se no cargo, como Diretor Presidente, o Sr. Adir Hannouche e, como Diretor de Finanças, o Sr. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, cuja Diretoria teve sua denominação ajustada após aprovação de alterações estatutárias na 31ª Assembleia Geral Extraordinária desta subsidiária integral. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada, dado o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. (a) JONEL NAZARENO IURK – Presidente; ADIR HANNOUCHE – Secretário Executivo; JULIO JACOB JUNIOR. A presente é cópia fiel da ata da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 10.10.2013, lavrada à fl. 87 do livro próprio nº 1, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 01/046219-8, em 29 de junho de 2001.

Curitiba, 10 de outubro de 2013

ADIR HANNOUCHE  
Secretário Executivo

15º TABELIONATO  
Rua José Loureiro, 711 - CEP 80010-000  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
E PRESENTE TODOCÓPIA E REPRODUÇÃO FIEL DO  
DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA  
Curitiba 23 OUT. 2013 Paraná

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/10/2013  
SOB NÚMERO: 20135799147  
Protocolo: 13/579914-7, DE 21/10/2013  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
SEBASTIÃO MOTTA  
SECRETÁRIO GERAL  
TABELIONATO DE NOTAS  
EUV05870

000026

**COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
**SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA**  
**COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**

**ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA**  
**COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**

Aos vinte e seis dias de fevereiro de dois mil e dezessets, na sede da acionista controladora Companhia Paranaense de Energia - Copel, na rua Coronel Dulcídio nº 800 - 10º andar, Curitiba - PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A. Copel Telecom, que ao final assinam, após terem sido dispensadas todas formalidades de convocação. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Colegiado informou que a reunião havia sido convocada para que o Colegiado deliberasse sobre a seguinte pauta: **1. Alinhamento do mandato das Diretorias das Subsidiárias Integrais com o mandato da Diretoria da Copel (Holding); e 2. Outros assuntos de Interesse do Colegiado.** Em seguida, relativamente ao Item 1 da pauta - **Alinhamento do mandato das Diretorias das Subsidiárias Integrais com o mandato da Diretoria da Copel (Holding)**, o Sr. Presidente informou que a 97ª Reunião de Diretoria da Copel Telecom, de 18.02.2016, aprovava a proposta de prorrogação do atual mandato dos Diretores desta Subsidiária até 31.12.2017, de forma a alinhá-los ao mandato dos Diretores da Copel (Holding), conforme determinação da Acionista Controladora. Tal proposta tem a finalidade de facilitar a gestão e os registros societários da Companhia, propiciar a continuidade dos trabalhos iniciados-e a manutenção das diretrizes estabelecidas. Após analisar o assunto, e de acordo com parecer jurídico que fica anexo a esta ata, o Conselho de Administração deliberou aprovar a prorrogação do atual mandato dos Diretores da Copel Telecomunicações S.A. até 31.12.2017, bem como encaminhar a proposta para homologação pela Assembleia de Acionistas. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada, dando o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. (a) JONEL NAZARENO IURK – Presidente; ADIR HANNOUCHE – Secretário Executivo; REINHOLD STEPHANES. *A presente é cópia fiel da ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 26.02.2016, lavrada à fl. 015 do livro próprio nº 2.*

Curitiba, 26 de fevereiro de 2016

**ADIR HANNOUCHE**  
Secretário Executivo

15º TABELIONATO  
Rua José Loureiro 711 - CEP 30010-000  
Centro Comercial Itaipu - Curitiba/PR  
PRESENTE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL DO  
DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO NESTA DATA

Curitiba 13 ABR. 2016 Parana

Bel. Mônica M. G. de Macedo Dalla Vecchia

LIB. Nº 21 de 18/07/2001  
SELO  
TABELIONATO DE NOTAS  
F1052167

JUNTA COMERCIAL DO PARANA  
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 08/03/2016  
SOB NÚMERO: 20161847358  
Protocolo: 16/184735-8, DE 02/03/2016  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

000027

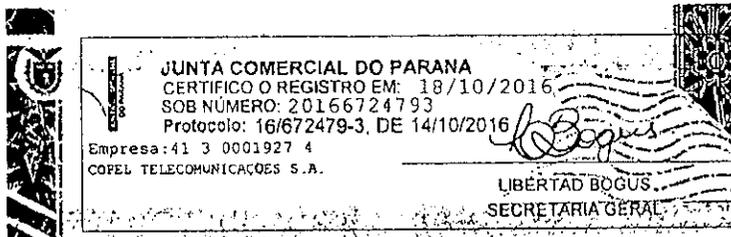
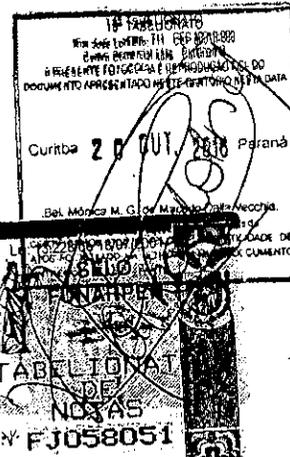
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Aos treze dias de outubro de dois mil e dezesseis, na sede da Acionista Controladora, Companhia Paranaense de Energia - Copel, na rua Coronel Dulcídio nº 800 - 10º andar, Curitiba - PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, que ao final assinam, após terem sido dispensadas todas formalidades de convocação, tendo também a presença dos diretores da Copel (Holding), Sr. Gilberto Mendes Fernandes, Diretor de Gestão Empresarial, e Sr. Cristiano Hotz, Diretor de Relações Institucionais. Abrindo os trabalhos, o Sr. Presidente do Colegiado informou que a reunião fora convocada a fim de que os conselheiros deliberassem sobre a **substituição do Diretor de Finanças da Copel Telecomunicações S.A.** Analisada a questão, foi deliberado por unanimidade pela destituição do Sr. Francisco Cesar Farah, como Diretor de Finanças da Companhia, e, por maioria, com abstenção do Cons. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, pela sua substituição, interinamente, pelo Sr. **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.913.921-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 353.542.759-20, residente e domiciliado na Rua Padre Ildefonso nº 280, ap. 201, Batel, Curitiba - PR, CEP 80240-160. O eleito tomará posse imediatamente, mediante assinatura em termo específico lavrado no livro de ata de reuniões de Diretoria, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. Mantêm-se no cargo, como Diretor Presidente, o Sr. Adir Hannouche e, como Diretor Adjunto, o Sr. Mauricio Dayan Arbetman. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida e aprovada, dando o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. (a) LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA - Presidente; ADIR HANNOUCHE - Secretário Executivo; e LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI. *A presente é cópia fiel da ata da 25ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 13.10.2016, lavrada à fl. 027 do livro próprio nº 2.*

Curitiba, 13 de outubro de 2016

ADIR HANNOUCHE  
Secretário Executivo



000028

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL



ATA DA TRIGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e treze, às quatorze horas, na sede da Controladora, na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da empresa, Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Lindolfo Zimmer, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, fl. 24, verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Instalada a Assembleia pelo Sr. Jaime de Oliveira Kuhn, Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A.; este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Denise Teixeira Gomes, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (do qual a publicação e o prazo de convocação foram dispensados, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76), transcrito a seguir: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 30ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** É convocada a única acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia trinta de julho de 2013, às quatorze horas, na Sede da Controladora, para deliberar sobre: **1) Composição da Diretoria.** Curitiba, 25 de julho de 2013. (a) Jaime de Oliveira Kuhn - Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A. Relativamente ao item 1 da pauta - **Composição da Diretoria**, considerando a eleição do Sr. Adir Hannouche como Diretor de Telecomunicações da Copel Holding pelo Conselho de Administração da Controladora, em sua 116ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, e que, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Estatuto Social desta subsidiária integral, a estrutura e as atribuições das Diretorias da Holding devem ser refletidas em suas Subsidiárias Integrais, após apresentados currículo e declaração de desimpedimento, a única acionista elegeu, em substituição ao Sr. Jaime de Oliveira Kuhn, como **Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A.**, para completar o mandato relativo ao triênio 2013-2016, o Sr. ADIR HANNOUCHE, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da cédula de identidade RG nº 38.894.798-6 /SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 495.550.656-91, residente e domiciliado na rua Indiana, 463, ap. 112, São Paulo - SP, o qual, por ser Diretor da Controladora, não receberá remuneração adicional para o desempenho de suas funções nesta Subsidiária Integral. Registrado, também, que o Sr. Adir Hannouche, a partir desta data, deixa de exercer o cargo de Diretor Adjunto desta subsidiária integral, o qual ficará vago até a indicação de novo membro. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual - reaberta a sessão - foi lida e aprovada, dando o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. Do que eu, Denise Teixeira Gomes, lavrei esta ata, que vai devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato.

A presente é cópia fiel da ata da 30ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 08 de março de 2013, lavrada à fl. 155 do livro próprio nº 01, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 01/046081-0, em 28 de junho de 2001.

Curitiba, 30 de julho de 2013

DENISE TEIXEIRA GOMES  
Secretária

15º TABELIONATO  
Rua José Loreiro, 711 - CEP 80010-000  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
A PRESENTE FOTOGRAFIA É REPRODUÇÃO FIEL DO  
DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.  
Curitiba, 30 de AGO. 2013 Paraná  
Not. Antônio M. G. de Macedo D. de Teófilo  
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
SELO  
FUNARREN  
TABELIONATO  
DE  
NOTAS  
EUG69022

JUNTA COMERCIAL DO PARANA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/08/2013  
SOB NÚMERO: 20134248600  
Protocolo: 13/424860-0, DE 01/08/2013  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
SEBASTIÃO MOTTA  
SECRETÁRIO GERAL

000029

**COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**  
**CNPJ Nº 04.368.865/0001-66**  
**NIRE 41300019274**  
**SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA**  
**COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**

**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de outubro de dois mil e treze, às dezesseis horas e trinta minutos, na sede da Controladora, na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da empresa, Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Lindolfo Zimmer, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, fl. 24 (verso), verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Instalada a Assembleia pelo Sr. Adir Hannouché, Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A., este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Denise Teixelra Gomes, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (do qual a publicação e o prazo de convocação foram dispensados, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76), transcritos a seguir: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 31ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.** É convocada a única acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia dez de outubro de 2013, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sede da Controladora, para deliberar sobre: **1. Aprovação de alteração do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.; 2. Consolidação do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.; 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A.; 4. Fixação da remuneração dos Administradores.** Curitiba, 03 de outubro de 2013. (a) Adir Hannouché - Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A." Em seguida, relativamente ao item 1 da pauta - **Aprovação de alteração do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.**, o Sr. Presidente informou que, buscando dotar a Companhia de agilidade e flexibilidade mais amplas para atendimento de seus objetivos sociais, ante os desafios decorrentes do cenário econômico nacional e da configuração institucional do setor elétrico e, também, para aperfeiçoar a gestão dos negócios das subsidiárias integrais da Copel, foram realizadas as seguintes alterações no Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.: **a) Artigo 1º:** ajustado o objeto social da Copel Telecomunicações S.A. a fim de torná-lo mais objetivo; **b) Artigos 5º, 7º, 8º 9º, 10 e 11:** alterados devido à recomposição do Conselho de Administração nas Subsidiárias Integrais; **c) Artigo 12:** ajustado devido à reestruturação quantitativa de cargos da Diretoria e para regramento de suas atribuições; **d) Artigo 13:** o artigo 13 proposto corresponde ao art. 8º do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **e) Artigo 14:** o artigo 14 proposto corresponde ao art. 9º do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **f) Artigo 15:** o artigo 15 proposto corresponde ao art. 10 do Estatuto atual e seu teor foi ajustado de acordo com novas competências da Diretoria; **g) Artigo 16:** o artigo 16 proposto corresponde ao art. 11 do Estatuto atual e seu teor foi ajustado de acordo com novas competências do Diretor Presidente; **h) Artigo 17:** a Diretoria de Finanças, e de Relações com Investidores passa a denominar-se Diretoria de Finanças e teve suas competências ajustadas; **i) Artigo 18:** o artigo foi ajustado de acordo com novas competências do Diretor Adjunto; **j) Artigo 20:** ajustado devido à recomposição do Conselho de Administração nas Subsidiárias Integrais; **k) Artigo 21:** o artigo 21 proposto corresponde ao art. 20 do Estatuto atual, e foi ajustado para adequação na redação; **l) Artigo 22:** o artigo 22 proposto corresponde ao art. 21 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **m) Artigo 23:** o artigo 23 proposto corresponde ao art. 22 do Estatuto atual e foi ajustado para maior clareza na redação; **n) Artigo 24:** o artigo 24 proposto corresponde ao art. 23 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **o) Artigo 25:** o artigo 25 proposto corresponde ao art. 24 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **p) Artigo 26:** o artigo 26 proposto corresponde ao art. 25 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; **Artigo 27:** o artigo 27 proposto corresponde ao art. 26 do Estatuto atual, e foi alterado.

Curitiba, 23 de OUT. 2013  
Des. Mônica M. O. de Aguiar Costa Vozella  
Notária e Registradora Designada  
CERTIFICAMOS QUE É Selo de Autenticidade de  
ATOS FOLHA ÚNICA NA ÚLTIMA FOLHA DO DOCUMENTO  
ENTREGUE PARA A PARTE

000030

devido a recomposição do Conselho de Administração; r) Artigo 28: o artigo 28 proposto corresponde ao art. 27 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; s) Artigo 29: o artigo 29 proposto corresponde ao art. 28 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; t) Artigo 30: o artigo 30 proposto corresponde ao art. 29 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor; u) Artigo 31: o artigo 31 proposto corresponde ao art. 30 do Estatuto atual, mantendo-se o mesmo teor. O art. 31 do Estatuto atual foi extinto; e v) extinção das Diretorias de Gestão Corporativa, Jurídica, de Engenharia, de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial e de Telecomunicações. Após apreciação, a única acionista aprovou a alteração proposta do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A. A seguir, sobre o item 2 da ordem do dia - **Consolidação do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A., a proposta de consolidação foi aprovada pela única acionista**, passando, a partir desta data, o Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A. a vigorar com a seguinte redação: **CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO** Art. 1º A Copel Telecomunicações S.A., abreviadamente denominada "Copel Telecom", é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a: a) explorar e prestar serviços de telecomunicações, de comunicações e serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de telecomunicações, de comunicações e correlatos; c) prestar serviços de consultoria e de engenharia, bem como comercializar materiais e equipamentos, dentro de sua área de atuação; d) explorar e prestar serviços de valor adicionado relacionados ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação de informações e quaisquer atividades conexas; e) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial. **§ 1º** Para atingir os objetivos sociais acima enumerados, bem como obter resultados técnicos, mercadológicos e de rentabilidade, a Copel Telecom firmará contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel. **§ 2º** Para execução das atividades referidas neste artigo e das demais atividades necessárias à consecução dos fins sociais, a Companhia poderá participar de outras sociedades, observada a legislação aplicável. **Art. 2º** A Sociedade tem sede e foro na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, entretanto, criar ou extinguir filiais. **Art. 3º** É indeterminado o prazo de duração da Companhia. **CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES** Art. 4º O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 240.396.899,88 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), representados por 240.396.899 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e noventa e seis mil e oitocentos e noventa e nove) ações ordinárias sem valor nominal. **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO** **SEÇÃO I DA ADMINISTRAÇÃO** Art. 5º A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. **Art. 6º** A representação da Companhia é privativa da Diretoria. **SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** Art. 7º O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, contendo, no mínimo, o Diretor Presidente da Companhia e 01 (um) Diretor da Companhia Paranaense de Energia - Copel. **Parágrafo único:** Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Art. 8º** O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, sendo substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Conselheiro escolhido por seus pares. **Art. 9º** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que necessário, obedecida a convocação, por escrito, pelo seu Presidente, com antecedência de 72 horas, funcionando com a presença de maioria simples de seus membros. **Art. 10** Compete ao Conselho de Administração: I. assegurar ações da Companhia para garantir os resultados ajustados por meio de contrato de gestão com a Companhia Paranaense de Energia - Copel; II. decidir sobre assuntos estratégicos da Companhia; III. eleger, destituir, aceitar renúncia, substituir Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, na forma do presente Estatuto Social; IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar livros, documentos e atos obrigacionais da Companhia; V. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; VI. estabelecer critérios para a alienação e/ou cessão em comodato de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, quando o valor da operação ultrapassar a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido; VII. decidir sobre outros casos que lhe forem submetidos pela Diretoria; e VIII. convocar, por seu Presidente ou Secretário Executivo a Assembleia Geral. **§ 1º** As deliberações

15º TABELIONATO  
 Rua José Loureiro, 711 - CEP 80010-000  
 Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
 ATENÇÃO: FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL DO  
 DOCUMENTO PRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA

Curitiba 3 OUT. 2013 Paraná

Del. Mônica M. G. de Medeiros Datta Vecchia  
 Notária e Registradora Designada  
 CERTIFICAMOS QUE O BELO DE AUTENTICAÇÃO...

do Conselho de Administração serão por maioria simples de votos. § 2º Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros. **Art. 11** Compete ao Presidente do Conselho de Administração conceder licença a seus membros, presidir as reuniões, dirigir os trabalhos e proferir, além do voto pessoal, o de qualidade. As licenças do Presidente serão concedidas pelo Conselho. **SEÇÃO III DA DIRETORIA Art. 12** A Companhia terá uma Diretoria com funções executivas, composta de 03 (três) membros, residentes no País, brasileiros ou maioria de brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor de Finanças e um Diretor Adjunto. **Parágrafo único:** O cargo de Diretor de Finanças será ocupado exclusivamente pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Companhia Paranaense de Energia - Copel, sem receber qualquer remuneração adicional. **Art. 13** Em caso de falecimento, renúncia ou impedimento definitivo de qualquer membro da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração, dentro de 30 (trinta) dias da ocorrência da vaga, eleger o substituto, que completará o mandato do substituído. Até que se realize a eleição, poderá o Diretor Presidente, nos termos do artigo seguinte, designar um substituto provisório. A eleição, contudo, poderá ser dispensada, se a vaga ocorrer no ano em que deva terminar o mandato da Diretoria então em exercício. **Art. 14** Nos casos de impedimento temporário ou licença de qualquer membro da Diretoria, o Diretor Presidente poderá designar, para substituí-lo, outro Diretor. **Art. 15** Compete à Diretoria: I. gerir todos os negócios da Companhia, a fim de se buscar o desenvolvimento com sustentabilidade; II. observar as políticas e diretrizes traçadas pela Companhia Paranaense de Energia - Copel, submetendo-se, ainda, à coordenação daquela companhia em relação às matérias definidas em seu Estatuto Social; III. cumprir o contrato de gestão firmado com a Companhia Paranaense de Energia - Copel; IV. recomendar ao Conselho de Administração a aquisição de bens imóveis, assim como a alienação, cessão em comodato ou oneração de quaisquer bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e a prestação de garantias, quando tais operações forem de valor superior a 2% (dois por cento) do patrimônio líquido da Companhia, e deliberar quando forem de valor inferior a esse limite, além de encaminhar relatório a todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal sempre que o valor acumulado dessas operações atingir 5% (cinco por cento); V. fazer-se presente, através de seu Diretor Presidente ou Diretor por ele designado, à Assembleia Geral Ordinária; e VI. conceder licença a seus membros. § 1º Considera-se a Companhia obrigada pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sendo um deles o Diretor Presidente; § 2º As atribuições constantes dos artigos 16 a 18 deste Estatuto poderão ser ampliadas pelo Conselho de Administração. § 3º Poderá qualquer dos Diretores representar individualmente a Companhia, na celebração de convênios e em operações de comodato, locação e aquisição de bens e serviços, observadas normas internas aprovadas pela Diretoria, facultando-se-lhes, para tanto, constituir mandatários dentre empregados da Companhia. § 4º A Companhia poderá constituir procuradores com poderes especiais e expressos para atos e operações especificados, e bem assim procuradores com poderes "ad negotia" para assinar quaisquer documentos de responsabilidade da Companhia, especificada no instrumento a duração do mandato. § 5º Sem prejuízo do disposto no art. 16, inciso IV, deste Estatuto, a representação da Companhia em juízo, em depoimento pessoal, poderá também ser exercida por advogado ou por outro empregado designado pelo Diretor Presidente. § 6º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos. Se, porém, da deliberação tomada divergir o Diretor Presidente, poderá este, sustentando os efeitos daquela, apelar, em 05 (cinco) dias, para o Conselho de Administração. **Art. 16** Compete ao **Diretor Presidente**: I. dirigir e coordenar os trabalhos da Diretoria; II. superintender e dirigir os negócios da Companhia; III. propor ao Conselho de Administração as atribuições dos Diretores; IV. representar a Companhia em Juízo ou fora dele, e, de modo geral, em suas relações com terceiros, podendo para tal constituir procuradores, bem como designar prepostos; V. assinar os documentos de responsabilidade da Companhia, observado o disposto no artigo 15, §§ 1º e 3º; VI. apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual dos negócios da Companhia, ouvido o Conselho de Administração; e VII. exercer as funções de Secretário Executivo do Conselho de Administração. **Art. 17** Compete ao **Diretor de Finanças** dirigir as atividades e coordenar os assuntos relativos a orçamento e planejamento

Rua José Loureiro, 711 - CEP 80010-000  
 Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
 A PRESENTE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO É AUTENTICA  
 DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTE DIA  
 Curitiba 23 OUT 2013  
 Del. Mônica M. G. de Macedo Della Vecchia  
 Notária e Registradora Designada  
 CERTIFICAMOS QUE O SELO DE AUTENTICAÇÃO DE  
 ATOS FOTAFIXADO NA ÚLTIMA PÁGINA DO DOCUMENTO

3/6

000052

econômico, financeiro, tributário, contábil e orçamentário, de seguros patrimoniais e de aplicações e investimentos no mercado financeiro. **Art. 18** Compete ao **Diretor Adjunto** exercer as atribuições que lhe forem especificamente estabelecidas nos termos deste Estatuto Social. **SEÇÃO IV DAS NORMAS COMUNS AOS MEMBROS DA DIRETORIA** **Art. 19** Os administradores apresentarão, no início e no fim da gestão, declaração de bens na forma da Lei. **Art. 20** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de "Termo de Posse", em livro próprio. **Art. 21** A remuneração dos Administradores será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser alterada por decisão da Assembleia Geral Extraordinária. **Parágrafo único:** Ao Diretor que tiver vínculo empregatício com a Companhia, é facultado receber a remuneração paga aos demais diretores, ou continuar recebendo o salário inerente à função que exercia. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL** **Art. 22** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que serão os mesmos indicados para a Companhia Paranaense de Energia - Copel pelo Estado do Paraná, eleitos anualmente pela Assembleia Geral. **Art. 23** O Conselho Fiscal funcionará permanentemente e se reunirá quando convocado por seu Presidente. **Parágrafo único:** O Presidente do Conselho Fiscal será eleito por seus pares. **Art. 24** O Conselho Fiscal... funcionará com as atribuições e competências, deveres e responsabilidades, estabelecidos em... Lei. **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLEIA GERAL** **Art. 25** A Assembleia Geral constituir-se-á pelos... acionistas regularmente convocados e formando número legal, os quais assinarão... Livro de... Presença, observadas as demais disposições legais. **Art. 26** A Assembleia Geral reunir-se-á... ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses de cada ano, em dia, lugar e hora... previamente marcados, nos termos da Lei, e extraordinariamente, quando convocada. **Parágrafo... único:** A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na... sua ausência e impedimento, por outro Conselheiro, e dirigida pelo Diretor Presidente ou por um... acionista escolhido, na ocasião, pelos acionistas presentes. Para compor a mesa diretora dos... trabalhos, o Presidente da Assembleia convidará, dentre os presentes, um para ser... Secretário. **Art. 27** A convocação é dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. **CAPÍTULO VI - DO EXERCÍCIO SOCIAL** **Art. 28** Em 31 de dezembro de cada ano, a Companhia encerrará o seu exercício social, ocasião em que serão levantados o Balanço Geral e demais demonstrações financeiras exigidas em Lei, observando-se, quanto aos resultados, as seguintes regras: I. do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e II. constituirá reserva para investimento possibilitando a execução do seu programa de obras contido no Orçamento Anual de Investimento - OAI, no montante limitado de forma a garantir ao acionista o direito de receber dividendo mínimo, em cada exercício, de 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 202, e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76. **§ 1º** O dividendo não será obrigatório no exercício social em que a Administração informar à Assembleia Geral Ordinária, com parecer do Conselho Fiscal, ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. **§ 2º** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 1º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser distribuídos tão logo o permita a situação financeira da Companhia. **§ 3º** Na forma da lei, serão submetidos ao Tribunal de Contas do Estado, até o dia 30 de abril de cada ano, os documentos da administração relativos ao exercício social imediatamente anterior. **Art. 29** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e a Administração poderá antecipar a distribuição de dividendos intermediários, "ad referendum" da Assembleia Geral. **CAPÍTULO VII - DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS** **Art. 30** A dissolução e a liquidação da Companhia far-se-ão de acordo com o que dispuser a Assembleia Geral, obedecidas as prescrições legais a respeito. Dando continuidade, relativamente ao item 3 da pauta - **Eleição dos membros do Conselho de Administração da Copel Telecomunicações S.A.**, o Sr. Presidente informou que, nos termos do artigo 7º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A., necessária se fazia a eleição de membros para compor o Colegiado em questão. Diante disso, tendo sido apresentados os respectivos currículos e declarações de desimpedimento, foram eleitos para o mandato relativo ao biênio 2013/2015, os seguintes Conselheiros de Administração: **JONEL NAZARENO IURK**, brasileiro, casado, **antendente**, portador da

15º TABELIONATO  
 Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
 CEP 80010-000  
 A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO APRESENTADO NA ULTIMA FOLHA DO DOCUMENTO  
 Curitiba 23 OUT. 2013  
 Bel. Mônica M. G. de Moraes Dally Vechina  
 Notária e Registradora OAB/PR  
 CERTIFICAMOS QUE O SELO DE AUTENTICIDADE DE ATOS FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA DO DOCUMENTO ENTREGUE PARA A PARTE

4/5

000033

Carteira de Identidade RG nº 1.002.761-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.896.299-34, residente e domiciliado à Rua Bruno Filgueira nº 1262, ap. 404, Curitiba - PR; ii. como Secretário Executivo: ADIR HANNOUCHE, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade RG nº 38.894.798-6/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 495.550.656-91, residente e domiciliado na Rua Indiana nº 463 – Casa 112, Brooklin Novo, São Paulo – SP – CEP 04.562-000; e iii. como membro: JULIO JACOB JUNIOR, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PR sob o nº 27.080, portador da carteira de identidade RG n. 4.109.514-8 e inscrito no CPF sob n. 025.639.649-38, residente e domiciliado na Rua Monsenhor Ivo Zanlorenzi, nº 2400, apto. 1901, Mossunguê, Curitiba - PR. A propósito, registra-se que os membros do Conselho Fiscal desta subsidiária integral, para o mandato 2013/2014, permanecem aqueles eleitos na 12ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 02.05.2013, a saber: membros titulares: Joaquim Antônio Guimarães de Oliveira Portes; Nelson Leal Junior; e José Tavares da Silva Neto; e respectivos suplentes: Osni Ristow; Roberto Brunner; e Gilmar Mendes Lourenço. Na sequência, no tocante ao **item 4 - Fixação da remuneração dos Administradores**, o Sr. Presidente informou que a única acionista fixou o montante global anual da remuneração dos Administradores em até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. A sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato. (a) LINDOLFO ZIMMER, Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora; ADIR HANNOUCHE, Diretor Presidente e Diretor de Telecomunicações da Copel Telecomunicações S.A.; e DENISE TEIXEIRA GOMES – Secretária. *A presente é cópia fiel da ata da 31ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 10 de outubro de 2013, lavrada às fls. 156 a 160 do livro próprio nº 01, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 01/046081-0, em 28 de junho de 2001.*

Curitiba, 10 de outubro de 2013

**DENISE TEIXEIRA GOMES**  
Secretária

15º TABELIONATO  
Rua José Loureiro, 711 - CEP 80010-000  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
A PRESENTE FOTOCOPIA É REPRODUÇÃO FIEL DO DOCUMENTO APRESENTADO NESTE CARTÓRIO, NESTA DATA.

Curitiba 23 OUT. 2013 Paraná

Minha função no presente documento é a de Notário e Protocolante. Devo declarar que este documento é fiel ao original que se encontra em meu poder.

**LINDOLFO ZIMMER**  
Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora

TABELIONATO DE NOTAS  
EUV05933

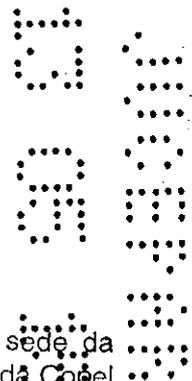
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 22/10/2013  
SOB NÚMERO: 20135799139  
Protocolo: 13/579913-9, DE 21/10/2013

Empresa: 41 3 0001921 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

*Sebastião Motta*  
**SEBASTIÃO MOTTA**  
SECRETÁRIO GERAL

00004

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL



ATA DA DÉCIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
TRIGÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2015, às nove horas e trinta minutos, na sede da Controladora, na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, a Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, na fl. 26 (verso), verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Registrada a presença nesta Assembleia, dos representantes da KPMG Auditores Independentes, Sra. Andressa Guerreiro e Sr. João Alberto Dias Panceri, e do Sr. Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes, Presidente do Conselho Fiscal da Copel Telecom. Instalada a Assembleia pelo Sr. Adir Hannouche, Diretor Presidente da Copel Telecom e secretário Executivo do Conselho de Administração - CAD da Copel Telecom, este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Denise Teixeira Gomes, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (cuja publicação foi dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76), transcrito a seguir: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 14ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** "É convocada a acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 23 de abril de 2015, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Controladora, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do relatório da Administração 2014, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2014; 2) Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2014 e para Pagamento da Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal em virtude do encerramento do mandato; 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração em virtude do encerramento do mandato; e 5) Fixação da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais. **34ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Proposta da Diretoria para aumento de capital e atualização do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A. Curitiba, 07 de abril de 2015. (a) Adir Hannouche - Diretor Presidente". Em seguida, relativamente ao item 1 da pauta - **Exame, discussão e votação do Relatório da Administração de 2014, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2014**, esclareceu o Sr. Presidente, que se encontravam sobre a mesa à disposição da acionista controladora, para efeito de exame e deliberação, o Relatório da Administração de 2014, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras desta subsidiária referentes ao exercício de 2014 — devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes, conforme parecer constante do balanço —, os quais foram publicados em 15.04.2015 no "Diário Oficial do Estado do Paraná", edição 9432, nas páginas 157 a 161, e no jornal "Gazeta do Povo", nas páginas 39 a 43, no caderno Economia & Balanços, tendo sido também objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal, que emitiu o seguinte parecer: **PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014** - Os membros do Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame dos seguintes documentos: i. Demonstrações Financeiras e Relatório Anual da Administração referentes ao exercício de 2014; ii. Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Verificado no Exercício de 2014 e para Pagamento da Participação

 1/5

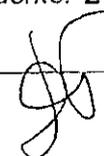
Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; e iii. Proposta para Aumento de Capital. Com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes (KPMG Auditores Independentes) emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Curitiba, 07 de abril de 2015. JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES - Presidente; GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN e JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO. A única acionista aprovou o Relatório da Administração de 2014, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2014. Relativamente ao item 2 da pauta - Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2014 e para Pagamento da Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade, a acionista controladora passou à análise da proposta da Diretoria transcrita a seguir: **PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2014 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE** - Senhor Presidente do Conselho de Administração: Em cumprimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, bem como às demais disposições legais e estatutárias vigentes, vimos apresentar a esse Conselho, a fim de serem levadas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, – ouvido o Conselho Fiscal – as proposições adiante especificadas: **I. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:** Do lucro líquido do exercício de 2014, apurado de acordo com a legislação societária, no valor de **R\$58.583.776,93** (cinquenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e três centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações: **a) R\$ 2.929.188,85** (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, para constituição da Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no artigo 28, inciso I, do Estatuto Social; **b) R\$17.925.000,00** (dezessete milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais) para pagamento de juros sobre o capital próprio, em substituição parcial aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; no caput do artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995; e no artigo 28, inciso II, do Estatuto Social; **c) R\$1.460.126,42** (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos) para pagamento de dividendos complementares aos mínimos obrigatórios, conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; no caput do artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95; e no artigo 28, inciso II, do Estatuto Social. A proposição para pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$17.925.000,00 (dezessete milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), representa para a acionista controladora uma remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte, no valor de R\$15.236.250,00 (quinze milhões, duzentos e trinta e seis mil, duzentos e cinquenta reais) os quais, somados aos R\$1.460.126,42 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos), propostos a título de dividendos complementares, perfazem uma remuneração total, líquida de tributos, no valor de R\$16.696.376,42 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos). Tal montante, por sua vez, corresponde a 30% do lucro líquido ajustado pela quota destinada à constituição da Reserva Legal, em cumprimento às exigências legais e estatutárias relativas aos dividendos mínimos obrigatórios. **d) R\$36.269.461,66** (trinta e seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos), correspondentes ao remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da Reserva Legal e a remuneração proposta à acionista controladora, para constituição da Reserva de Retenção de Lucros, de forma a assegurar o programa de investimentos da Companhia, conforme estabelecido no artigo 198 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. Segue demonstrativo das mutações ocorridas na rubrica "lucros acumulados", incluindo as destinações ora propostas: **Mutações patrimoniais (destinações):** Lucro líquido do

exercício R\$58.583.776,93 (-) Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) R\$2.929.188,85 = Lucro líquido ajustado (base de cálculo dos dividendos mínimos) R\$55.654.588,08 (-) Juros sobre o capital próprio – valor bruto R\$17.925.000,00 (-) Dividendos complementares aos mínimos obrigatórios R\$1.460.126,42 (-) Reserva de retenção de lucros R\$36.269.461,66. As demonstrações financeiras do exercício de 2014 refletem os respectivos registros contábeis das destinações especificadas, com base no pressuposto de sua aprovação pela Assembleia Geral, conforme estabelecido no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

**11. PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE:** A Lei Federal nº 10.101, de 19.12.2000, bem como a Lei Estadual nº 16.560, de 09.08.2010 e o Decreto Estadual nº 1.978, de 20.12.2007 regulamentam a participação dos trabalhadores nos lucros da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI da Constituição da República. Em cumprimento à citada legislação, a Diretoria propõe a distribuição, a título de participação nos lucros ou resultados, de R\$6.258.416,53 (seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e três centavos), a serem pagos aos empregados. Tal valor está provisionado nas demonstrações financeiras do exercício de 2014, especificamente na rubrica "despesas com pessoal", de acordo com o item 26.2 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14.02.2007. Somos de parecer que tais proposições atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Curitiba, 06 de abril de 2015. **ADIR ANNOUCHE** - Diretor Presidente. **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI** - Diretor de Finanças. **MAURICIO DAYAN ARBETMAN** - Diretor Adjunto. O Sr. Presidente esclareceu que o valor provisionado para distribuição, a título de participação nos lucros ou resultados, foi aprovado em consonância com o exposto na Assembleia Geral Ordinária da Controladora e que os números definitivos serão ajustados nos registros contábeis do 2º trimestre de 2015, após a individualização dos valores por empregado. Passando ao item 3 da pauta – **Eleição dos membros do Conselho Fiscal, em virtude do encerramento do mandato**, a acionista controladora, após examinados os respectivos currículos e apresentadas as competentes declarações de desimpedimento, deliberou, para compor o Conselho Fiscal para o mandato que abrange o período de abril/2015 a abril/2016: **a) reeleger como membros titulares:** Sr. **Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG nº 338.625/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 005.082.929-72, residente e domiciliado na Rua Gutemberg nº 120, ap. 52, Batel, Curitiba - PR; e Sr. **George Hermann Rodolfo Tormin**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 14.348.081-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 247.119.341-20, residente e domiciliado na rua Saldanha Marinho nº 1501, ap. 701, Centro - Curitiba - PR, CEP 80430-160; **b) eleger como membro titular:** Sr. **Nelson Leal Junior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 3.360.108-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 556.265.489-04, residente e domiciliado na Rua Paulo Gorski, nº 1101, Mossunguê, Curitiba - PR, em substituição ao Sr. José Tavares da Silva Neto; e **c) reeleger como membros suplentes**, respectivamente: Sr. **Osni Ristow**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 271.623-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.282.709-68, residente e domiciliado na Rua Capitão Souza Franco nº 867, ap. 141, Bigorriho, Curitiba - PR; Sr. **Roberto Brunner**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 356.357/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.387.549-49, residente e domiciliado na Rua Bruno Filgueira nº 1985, ap. 62, Bigorriho, Curitiba - PR; e Sr. **Gilmar Mendes Lourenço**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 995.983-1/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 183.745.069-20, residente e domiciliado na Rua Luiz Manzochi nº 169, Mercês, Curitiba - PR. Na sequência, no tocante ao **item 4 - Eleição dos membros do Conselho de Administração em virtude do encerramento do mandato**, a acionista controladora, após examinados os respectivos currículos e apresentadas as competentes declarações de desimpedimento, reelegeu, para compor o Conselho de Administração para o mandato que abrange o período de abril/2015 a

000/067

abril/2017: os seguintes Conselheiros: i. como Presidente do Conselho de Administração: **Jonel Nazareno Iurk**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.002.761-6 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.896.299-34, residente e domiciliado à Rua Bruno Filgueira nº 1262, ap. 404, Curitiba - PR; ii. como Secretário Executivo: **Adir Hannouche**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da carteira de identidade RG nº 38.894.798-6/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 495.550.656-91, residente e domiciliado na Rua Indiana nº 463 - Casa 112, Brooklin Novo, São Paulo - SP; e iii. como membro: o Sr. **Reinhold Stephanes**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade RG nº 344.834-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 002.070.981-15, residente e domiciliado na Al. Dr. Carlos de Carvalho nº 855, ap. 1902, Curitiba - PR. O Sr. Presidente, na sequência, no tocante ao **item 5 - Fixação da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais**, informou que a acionista controladora estabeleceu que os Conselheiros de Administração, Fiscais e o Diretor de Finanças desta Subsidiária, remunerados como Administradores ou Conselheiros da Holding ou de suas Subsidiárias Integrais, não receberão qualquer remuneração adicional. Para os demais Diretores fica estabelecido o montante global anual, com encargos, de até R\$2.018.864,00 (dois milhões, dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais). Destacou que não há outros objetivos específicos dessa prática que não seja, simplesmente, remunerar os Diretores pelos serviços prestados à Companhia, pois não há pagamentos vinculados ao atingimento de quaisquer metas, nem tampouco remuneração variável ou indicadores de desempenho. Após análise e colocado o assunto em votação, **a proposta foi aprovada**, ficando o limite global anual da remuneração dos Diretores que não exercem função na Holding, com encargos (INSS, FGTS), fixado em até R\$2.018.864,00 (dois milhões, dezoito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais). Passando, a seguir, à pauta da **34ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA**, o Sr. Presidente, relativamente ao **item 1 da ordem do dia - Proposta da Diretoria para aumento de capital e atualização do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.**, submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia a proposta elaborada pela Diretoria, nas bases especificadas a seguir: **PROPOSTA DA DIRETORIA PARA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E ATUALIZAÇÃO DO ARTIGO 4º DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA** - *Senhor Presidente do Conselho de Administração: Em cumprimento ao estabelecido no artigo 166 da Lei 6.404, de 15.12.1976, bem como às demais disposições legais e estatutárias vigentes e, em observância às definições contidas na ata da 112ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Acionista Controladora, Companhia Paranaense de Energia - Copel, vimos apresentar a esse Conselho, a fim de ser levada à deliberação da Assembleia Geral — ouvido o Conselho Fiscal — proposta para aumento do capital social de R\$240.396.899,88 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) para R\$304.196.899,88 (trezentos e quatro milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). O aumento ora proposto, a ser realizado mediante a emissão de novas ações, no montante de R\$63.800.000,00 (sessenta e três milhões e oitocentos mil reais), corresponde à capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, dos quais R\$36.100.000,00 (trinta e seis milhões e cem mil reais) foram recebidos no exercício de 2014 e R\$27.700.000,00 (vinte e sete milhões e setecentos mil reais) ingressaram em 2015. Se aprovada, a capitalização ora proposta acarretará modificação do número de ações, conforme estabelecido no artigo 170, parágrafo 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, motivo pelo qual também se propõe a respectiva atualização do "caput" do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A., de tal modo que o mesmo passe a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$304.196.899,88 (trezentos e quatro milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), representados por 304.196.899 (trezentos e quatro milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentas e noventa e nove) ações ordinárias sem valor nominal." Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento desse Conselho, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Curitiba, 06 de abril de 2015. **ADIR HANNOUCHE** - Diretor Presidente. **LUIZ***

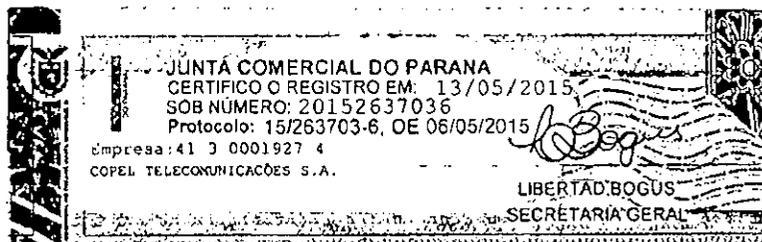
 4/5

000038

**EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI** - Diretor de Finanças. **MAURICIO DAYAN ARBETMAN** - Diretor Adjunto. Após análise, a Proposta da Diretoria para Aumento do Capital Social da Companhia e para adequação do artigo 4º do Estatuto Social foi aprovada por unanimidade dos votantes. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida e aprovada, dando o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. Do que eu, Denise Teixeira Gomes, lavrei esta ata, que vai devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato. (a)  
**LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** – Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora; **JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES** – Presidente do Conselho Fiscal; **ADIR HANNOUCHE** – Diretor Presidente da Copel Telecomunicações e Presidente da Assembleia; e **DENISE TEIXEIRA GOMES** – Secretária. A presente é cópia fiel da ata da 14ª Assembleia Geral Ordinária e 34ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 23 de abril de 2015, lavrada às folhas 167 A 171 do livro próprio nº 01, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 01/046081-0, em 28 de junho de 2001. -----

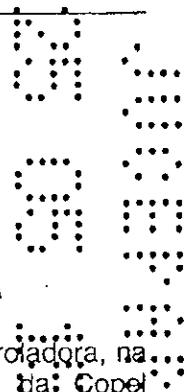
Curitiba, 23 de abril de 2015

  
**DENISE TEIXEIRA GOMES**  
Secretária



000069

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL



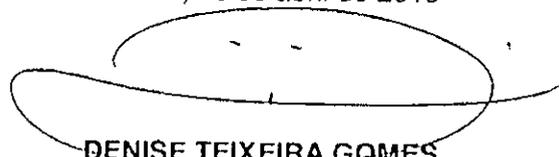
**ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de 2015, às quinze horas, na sede da Controladora, na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, a Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, na fl. 27, verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Instalada a Assembleia pelo Sr. Adir Hannouche, Diretor Presidente da Copel Telecom e secretário Executivo do Conselho de Administração - CAD da Copel Telecom, este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Denise Teixeira Gomes, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (cuja publicação foi dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76), transcrito a seguir: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 35ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. "É convocada a acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 29 de abril de 2015, às quinze horas, na Sede da Controladora, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1. Proposta para Alteração do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.** Curitiba, 15 de abril de 2015. (a) Adir Hannouche - Diretor Presidente." Em seguida, relativamente ao **item 1** da pauta - **Proposta para Alteração do Estatuto Social da Copel Telecom**, foi submetida à apreciação da Assembleia proposta nos seguintes termos, já apreciada pelo Conselho de Administração da Controladora - Companhia Paranaense de Energia - Copel: **PROPOSTA DA DIRETORIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.** - *Senhor Presidente do Conselho de Administração: Considerando recente assunção das atividades de Tecnologia da Informação pela subsidiária, bem como a decorrente prestação desse serviço às demais empresas do grupo, verificou-se a necessidade de ajustes no Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, nos termos propostos a seguir, a fim de ser levados à deliberação da Assembleia Geral: i. Artigo atual: Art. 1º (...) a) explorar e prestar serviços de telecomunicações, de comunicações e serviços correlatos; Artigo proposto: Art. 1º (...) a) explorar e prestar serviços de telecomunicações, de comunicações e serviços correlatos, com e sem fornecimento de materiais; Justificativa: Existência de casos para os quais a Copel Telecom está considerando a inclusão do fornecimento de materiais na prestação do serviço de Telecomunicações; ii. Artigo atual: Art. 1º (...) (inclusão de inciso); Artigo proposto: Art. 1º (...) f) prestar serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções de software, infraestrutura, operação, atendimento e suporte a usuários (service desk), segurança e correlatos, no âmbito dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); Justificativa: Regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, tendo em vista que, com a prestação de serviço de TIC, se faz necessário alterar o registro na Classificação Nacional de Atividade Econômica - CNAE, para o que é preciso que a atividade esteja descrita no Estatuto Social da Copel Telecom. Sem a menção desta atividade no CNPJ, não há como comprovar que a Copel Telecom está apta a desenvolver tal atividade, o que pode impedir a participação da subsidiária em concorrências, licitações e contratações de serviços de TIC. Somos de parecer que tais proposições atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento do Conselho de Administração e da Assembleia Geral. Curitiba, 06 de abril de 2015. ADIR HANNOUCHE - Diretor Presidente; LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI - Diretor de Finanças;*

000040

**MAURICIO DAYAN ARBETMAN** - Diretor Adjunto. Analisadas as proposições, as alterações... estatutárias apresentadas foram aprovadas pela única acionista. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. A sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela Acionista Controladora sua publicação em forma de extrato. (a) LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA - Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora; ADIR HANNOUCHE - Diretor Presidente da Copel Telecom e Presidente da Assembleia; e DENISE TEIXEIRA GOMES - Secretária. A presente é cópia fiel da ata da 35ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações, S.A., realizada em 29 de abril de 2015, lavrada às fls. 174 e 175 do livro próprio nº 01, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 01/046081-0, em 28 de junho de 2001.

Curitiba, 29 de abril de 2015



**DENISE TEIXEIRA GOMES**  
Secretária

JUNTA COMERCIAL DO PARANA  
CERTIFICADO O REGISTRO EM: 25/05/2015  
SOB NÚMERO: 20152927700  
Protocolo: 15/292770-0, DE 15/05/2015  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

000041

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

ATA DA TRIGÉSIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2016, às nove horas, na sede da Controladora, na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da empresa, Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, na fl. 29, verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Instalada a Assembleia pelo Sr. Adir Hannouche, Diretor Presidente, este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Amilton Paulo de Oliveira, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (cuja publicação foi dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76), transcrito a seguir: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 39ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. "É convocada a acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 29 de março de 2016, às nove horas, na Sede da Controladora, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. **Alteração do Estatuto da Copel Telecomunicações S.A. sendo:** a) Art. 12, exclusão do parágrafo único. Curitiba, 28 de março de 2016. (a) Adir Hannouche - Diretor Presidente." Em seguida, relativamente ao item 1 da pauta - **Alteração do Estatuto da Copel Telecomunicações S.A.**, o Sr. Presidente registrou que a Diretoria Reunida da Copel Telecom em sua 101ª Reunião, realizada em 28.03.2016, e o Conselho de Administração da Subsidiária, em sua 23ª Reunião extraordinária, realizada na mesma data, bem como a Diretoria da Copel (Holding), em sua 2191ª Reunião, realizada nesta data, apreciaram proposta de ajuste do Estatuto da Copel Telecom com a finalidade de excluir o parágrafo único do artigo 12, de forma a permitir que a Companhia se enquadre no previsto na Resolução Normativa Aneel nº 699/2016, que veda que o Diretor de Finanças e de Relações com Investidores da Copel (Holding) acumule também o cargo de Diretor de Finanças da Copel Telecomunicações. Assim, propõe-se, para análise e aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a seguinte alteração no Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.: a) Art. 12, exclusão do parágrafo único. O assunto foi colocado em votação, tendo sido a proposta de alteração do Estatuto da Copel Telecom aprovada pela única acionista, nos termos apresentados, passando o art. 12 do Estatuto Social a ter a seguinte redação: "(...) **Art. 12** A Companhia terá uma Diretoria com funções executivas, composta de 03 (três) membros, residentes no País, brasileiros ou maioria de brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos, sendo: um Diretor Presidente; um Diretor de Finanças e um Diretor Adjunto. **Art. 13** (...)". Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos. A sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato. (a) LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA - Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora; ADIR HANNOUCHE - Diretor Presidente da Copel Telecom e Presidente da Assembleia; e AMILTON PAULO DE OLIVEIRA - Secretário. A presente é cópia fiel da ata da 39ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 29.03.2016, lavrada à fl. 009 do livro próprio nº 02.

Curitiba, 29 de março de 2016

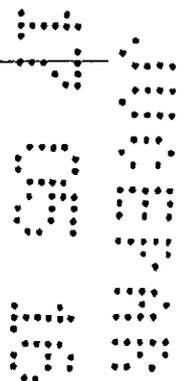
AMILTON PAULO DE OLIVEIRA  
Secretário

15º TABELIONATO  
Rua José Lourenço, 111 - CEP 80010-000  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
A PRESENTE PRODUZIU E REPRODUZIU FIEL DO  
DOCUMENTO ASSI... NESTA DATA  
Curitiba 13 ABR. 2016 Parana  
Mônica  
SELO  
ELNARPEN  
TABELIONATO  
DE  
NOTAS  
FID52153

JUNTA COMERCIAL DO PARANA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/04/2016  
SOB NÚMERO: 20161880134  
Protocolo: 16/188013-4, DE 01/04/2016  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
LIBERTAD BOGUS  
SECRETARIA GERAL

000042

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ Nº 04.368.865/0001-66  
NIRE 41300019274  
SUBSIDIÁRIA INTEGRAL DA  
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL



ATA DA DÉCIMA QUINTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E  
QUADRAGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril de 2016, às nove horas e trinta minutos, na sede da Controladora, na Rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba - PR, compareceu a única acionista da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, a Companhia Paranaense de Energia - Copel, que se fez presente por seu Diretor Presidente, Sr. Luiz Fernando Leone Vianna, representando a totalidade do capital social, conforme registro e assinatura no Livro de Presença de Acionistas de nº 01, na fl. 29 (verso), verificando-se o quórum legal para a instalação e deliberação. Registrada a presença nesta Assembleia, da representante da KPMG Auditores Independentes, Sra. Andressa Guerreiro, e do Sr. George Hermann Rodolfo Tormin, Membro do Conselho Fiscal da Copel Telecom. Instalada a Assembleia pelo Sr. Adir Hannouche, Diretor Presidente da Copel Telecom e secretário Executivo do Conselho de Administração - CAD da Copel Telecom, este assumiu a direção dos trabalhos e convidou a mim, Amilton Paulo de Oliveira, para secretariar a sessão. Solicitou então o Sr. Presidente a leitura do Edital de Convocação (cuja publicação foi dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76), transcrito a seguir: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 15ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: "É convocada a acionista da Companhia para participar de Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2016, às nove horas e trinta minutos, na Sede da Controladora, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e votação do relatório da Administração 2015, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015; 2) Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2015 e para Pagamento da Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal em virtude do encerramento do mandato; e 4) Fixação da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais. 40ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1) Proposta da Diretoria para aumento de capital e atualização do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.; e 2) Eleição de membro do Conselho de Administração para preenchimento de vaga. Curitiba, 23 de março de 2016. (a) Adir Hannouche - Diretor Presidente".** Em seguida, relativamente ao item 1 da pauta - **Exame, discussão e votação do Relatório da Administração de 2015, balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2015**, esclareceu o Sr. Presidente, que se encontravam sobre a mesa à disposição da acionista controladora, para efeito de exame e deliberação, o Relatório da Administração de 2015, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras desta subsidiária referentes ao exercício de 2015 — devidamente auditados pela KPMG Auditores Independentes, conforme parecer constante do balanço —, os quais foram publicados em 20.04.2016 no "Diário Oficial do Estado do Paraná", edição 9681, nas páginas 202 a 210, e no jornal "Gazeta do Povo", nas páginas 74 a 82, no caderno Economia & Balanços, tendo sido também objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal, que emitiu o seguinte parecer: **PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 - Os membros do Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração, da Proposta da Administração para Destinação do Lucro Líquido referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e da Proposta para Aumento do Capital Social e Atualização do Artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais, prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes,**

ISABELLONATO  
KPMG Auditores Independentes  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
A PRESENTE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO DEL DO  
DOCUMENTO REPRESENTAM O ORIGINAL, NESTA DATA  
Curitiba 28 de Abril 2016 Paraná  
Bela Mônica M. G. de Macedo Dalla Vecchia  
Notária e Registradora Desembargadora  
CERTIFICAMOS QUE O SELO DE AUTENTICIDADE  
FATOS NA ÚLTIMA FOLHA DO DOCUMENTO  
L. 11.367/06

emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Curitiba, 23 de março de 2016.

(a) OSNI RISTOW; GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN; e NELSON LEAL JUNIOR. A única acionista aprovou o Relatório da Administração de 2015, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2015. Relativamente ao item 2 da pauta - **Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2015 e para Pagamento da Participação Referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade**, a acionista controladora passou à análise da proposta da Diretoria transcrita a seguir:

**PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2015 E PARA PAGAMENTO DE PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE** - Senhor Presidente do Conselho de Administração: Em cumprimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, bem como às demais disposições legais e estatutárias vigentes, vimos apresentar a esse Conselho, a fim de serem levadas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária – ouvido o Conselho Fiscal –, as proposições adiante especificadas: I. **DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO**: Do lucro líquido do exercício de 2015, apurado de acordo com a legislação societária, no valor de **R\$54.644.771,38** (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos), a Diretoria propõe as seguintes destinações: a) **R\$2.732.238,57** (dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e sete centavos), equivalentes a 5% do lucro líquido do exercício, para constituição da Reserva Legal, conforme estabelecido no artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e no artigo 28, inciso I, do Estatuto Social; b) **R\$27.710.978,55** (vinte e sete milhões, setecentos e dez mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) para pagamento de juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976; no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.1995; e no artigo 28, inciso II, do Estatuto Social, os quais, conforme proposição efetuada na 93ª Reunião de Diretoria, de 12.11.2015, "ad referendum" do Conselho de Administração, foram declarados e pagos antecipadamente em 12.11.2015, pelo seu valor líquido de imposto de renda retido na fonte; c) **R\$24.201.554,26** (vinte e quatro milhões, duzentos e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), para pagamento de dividendos, conforme estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76; no artigo 9º e seu parágrafo 7º, da Lei 9.249, de 26.12.95; e no artigo 28, inciso II, do Estatuto Social, bem como, em observância às normas estabelecidas pela Deliberação CVM nº 683, de 30.08.2012, a qual aprovou a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da contabilização da proposta de pagamento de dividendos. Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a acionista controladora tem o direito de receber dividendos, em montante não inferior a 30% do lucro líquido ajustado, apurado a partir do lucro líquido do exercício, subtraído da quota destinada à reserva legal. Portanto, os valores da base de cálculo e dos dividendos mínimos obrigatórios são, respectivamente, R\$51.912.532,81 (cinquenta e um milhões, novecentos e doze mil, quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos) e R\$15.573.759,84 (quinze milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos). A Deliberação CVM nº 683, de 30.08.2012, aprovou e tornou obrigatória a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 08 (R1), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. De acordo com a citada legislação, os juros sobre o capital próprio propostos, somente poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, pelo seu valor líquido do imposto de renda retido na fonte. A proposição para pagamento de juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$27.710.978,55 (vinte e sete milhões, setecentos e dez mil, novecentos e setenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos), representa para a acionista controladora, uma remuneração líquida de imposto de renda, no valor de R\$23.554.331,77 (vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), os quais, somados aos R\$24.201.554,26 (vinte e quatro milhões, duzentos e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos), perfazem uma remuneração total, líquida de tributos, no valor de R\$47.755.886,03

Curitiba 23 de MARÇO 2016 Paraná

Bel. Mônica M. de Jesus Della Vecchia  
 Advogada e Registradora Designada  
 CERTIFICAM-SE POR SELO DE AUTENTICIDADE DE  
 ASSINATURA ELETROÔNICA EM CONFORMIDADE COM O  
 ART. 10º DO DECRETO Nº 7.962/2013

000042

(quarenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e seis reais e três centavos). Tal montante é superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios em R\$32.182.126,19 (trinta e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e dezenove centavos). Conforme disposto nos itens 10, 11 e 24 do ICPC nº 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos –, combinados com o inciso III da Deliberação CVM nº 683 de 30.08.2012, a parcela dos dividendos propostos, excedente aos dividendos obrigatórios, anteriormente mencionada, no valor de R\$32.182.126,19 (trinta e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, cento e vinte e seis reais e dezenove centavos) deveria figurar nas demonstrações financeiras como saldo da rubrica contábil "dividendo adicional proposto". Contudo, os pagamentos antecipados de juros sobre o capital próprio, liquidados de imposto de renda, perfizeram o total de R\$23.554.331,77 (vinte e três milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), montante este, igualmente superior ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios em R\$7.980.571,93 (sete milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e três centavos). Este excesso em relação à remuneração obrigatória, por sua vez, representará um ajuste negativo ao valor do dividendo adicional proposto, originalmente apurado, o qual passará a ser contabilmente demonstrado pelo saldo de R\$24.201.554,26 (vinte e quatro milhões, duzentos e um mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos). Tal valor será mantido em reserva, no patrimônio líquido da Companhia, na rubrica "dividendo adicional proposto", até a deliberação da presente proposta, por ocasião da 15ª Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovado, ato contínuo será transferido para rubrica específica do passivo circulante. Segue demonstrativo das mutações ocorridas na rubrica "lucros acumulados", incluindo as destinações ora propostas: **Mutações patrimoniais:** Lucro líquido do exercício de 2015 R\$54.644.771,38 ( - ) Reserva legal (5% do lucro líquido do exercício) R\$2.732.238,57 = Lucro líquido ajustado (base de cálculo dos dividendos mínimos) R\$51.912.532,81 ( - ) Juros sobre o capital próprio (valor bruto) R\$27.710.978,55 ( - ) Dividendos (complementares e adicionais aos mínimos obrigatórios) R\$24.201.554,26. As demonstrações financeiras do exercício de 2015 refletem os respectivos registros contábeis das destinações especificadas, com base no pressuposto de sua aprovação pela 15ª Assembleia Geral Ordinária, conforme estabelecido no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976. **1.1. PARTICIPAÇÃO REFERENTE À INTEGRAÇÃO ENTRE O CAPITAL E O TRABALHO E INCENTIVO À PRODUTIVIDADE:** A Lei Federal nº 10.101, de 19.12.2000, bem como a Lei Estadual nº 16.560, de 09.08.2010 e o Decreto Estadual nº 1.978, de 20.12.2007 regulamentam a participação dos trabalhadores nos lucros da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República. Em cumprimento à citada legislação, a Diretoria propõe a distribuição, a título de participação nos lucros ou resultados, no valor de R\$5.436.119,77 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, cento e dezenove reais e setenta e sete centavos), a serem pagos aos empregados. Tal valor está provisionado nas demonstrações financeiras do exercício de 2015, especificamente na rubrica "despesas com pessoal", de acordo com o item 26.2 do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 1, de 14.02.2007. Somos de parecer que tais proposições atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo, merecerão o pleno acolhimento do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Curitiba, 22 de março de 2016. (a) **ADIR HANNOUCHE** - Diretor Presidente, **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI** - Diretor de Finanças e **MAURICIO DAYAN ARBETMAN** - Diretor Adjunto. O Sr. Presidente esclareceu que o valor provisionado para distribuição, a título de participação nos lucros ou resultados, foi aprovado em consonância com o exposto na Assembleia Geral Ordinária da Controladora e que os números definitivos serão ajustados nos registros contábeis do 2º trimestre de 2016, após a individualização dos valores por empregado. Passando ao item 3 da pauta – **Eleição dos membros do Conselho Fiscal**, em virtude do encerramento do mandato, a acionista controladora, após examinados os respectivos currículos e apresentadas as competentes declarações de desimpedimento, **deliberou por unanimidade dos votantes**, para compor o Conselho Fiscal para o mandato que abrange o período de abril/2016 a abril/2017: a) **releger como membros titulares:** Sr. **Joaquim Antonio Guimarães de Oliveira Portes**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade RG

RECEBIMENTO  
 Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
 Rua XV de Novembro, 1299 - 81201-900  
 Curitiba, 22 de Março de 2016  
 Curitiba, 22 de Março de 2016  
 Bel. Infância, Av. de Maracá, 111 - Curitiba/PR  
 Mesário e Registradora Designada  
 Certificados por o Selo de Autenticidade de  
 ATOS FORTIFICADO NA ÚLTIMA FOLHA DO DOCUMENTO  
 FORTIFICADO NA ÚLTIMA FOLHA DO DOCUMENTO

3/5

CPF/MF sob o nº 005.082.929-72, residente e domiciliado na Rua Gutemberg nº 120, ap. 52, Batel, Curitiba - PR; Sr. **George Hermann Rodolfo Tormin**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de identidade RG nº 14.348.081-0/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 247.119.341-20, residente e domiciliado na rua Saldanha Marinho nº 1501, ap. 701, Centro - Curitiba - PR; e Sr. **Nelson Leal Junior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 3.360.108-5/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 556.265.489-04, residente e domiciliado na Rua Paulo Gorski, nº 1101, Mossunguê, Curitiba - PR; e **b) reeleger como membros suplentes**, respectivamente: Sr. **Osni Ristow**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade RG nº 271.623-2/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 110.282.709-68, residente e domiciliado na Rua Capitão Souza Francisco nº 867, ap. 141, Bigorrrilho, Curitiba - PR; Sr. **Roberto Brunner**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 356.357/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 114.387.549-49, residente e domiciliado na Rua Bruno Filgueira nº 1985, ap. 62, Bigorrrilho, Curitiba - PR; e Sr. **Gilmar Mendes Lourenço**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG nº 995.983-1/SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 183.745.069-20, residente e domiciliado na Rua Luiz Manzochi nº 169, Mercês, Curitiba - PR. O Sr. Presidente, na sequência, no tocante ao item 4 - **Fixação da remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais**, informou que a acionista controladora estabeleceu que os Conselheiros de Administração e Fiscais desta Subsidiária, remunerados como Administradores ou Conselheiros da Holding ou de suas Subsidiárias Integrais, não receberão qualquer remuneração adicional. Para os demais Diretores fica estabelecido o montante global anual, com encargos, de até R\$2.967.327,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais). Destacou que não há outros objetivos específicos dessa prática que não seja, simplesmente, remunerar os Diretores pelos serviços prestados à Companhia, pois não há pagamentos vinculados ao atingimento de quaisquer metas, nem tampouco remuneração variável ou indicadores de desempenho. Após análise e colocado o assunto em votação, a **proposta foi aprovada**, ficando o limite global anual da remuneração dos Diretores que não exercem função na Holding, com encargos (INSS, FGTS), fixado em até R\$2.967.327,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e sete reais). Passando, a seguir, à pauta da **40ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, o Sr. Presidente, relativamente ao item 1 da ordem do dia - **Proposta da Diretoria para aumento de capital e atualização do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A.**, submeteu à apreciação e deliberação da Assembleia a proposta elaborada pela Diretoria, nas bases especificadas a seguir: **PROPOSTA DA DIRETORIA PARA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E ATUALIZAÇÃO DO ARTIGO 4.º DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA** - *Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, bem como às definições contidas nas atas da 108ª e da 112ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração da Acionista Controladora, Companhia Paranaense de Energia - Copel, a Diretoria da Copel Telecomunicações S.A. vem apresentar a esse Conselho, a fim de serem levadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia - ouvido o Conselho Fiscal - proposta para aumento do capital social de R\$304.196.899,88 (trezentos e quatro milhões, cento e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) para R\$316.096.899,88 (trezentos e dezesseis milhões, noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos). O aumento ora proposto - a ser realizado mediante a emissão de novas ações no montante de R\$11.900.000,00 (onze milhões e novecentos mil reais), corresponde à capitalização de créditos existentes na rubrica contábil de "Adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital", cuja formação ocorreu durante o exercício social de 2015. Se aprovada a proposta, a consequente capitalização acarretará modificação do número de ações, conforme estabelecido no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, motivo pelo qual também se propõe a alteração do "caput" do artigo 4º do Estatuto Social da Copel Telecomunicações S.A., de forma que o mesmo passe a ter a seguinte redação: "Art. 4º - O capital social subscrito e integralizado é de R\$316.096.899,88 (trezentos e dezesseis milhões, noventa e seis mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), representados por 316.096.899 (trezentos e dezesseis milhões, noventa e seis mil, oitocentas e noventa e nove ações ordinárias sem valor nominal)." Somos de parecer que as proposições acima atendem às disposições legais e estatutárias vigentes e aos interesses da Companhia e, por esse motivo merecerão o pleno*

19 TABELONATO

Curitiba, 09 de Maio de 2016

Paraná

Bol. Máquinas M. Jr. up. Museu Uallo Vecchia

Atividade e Negociadora Designada

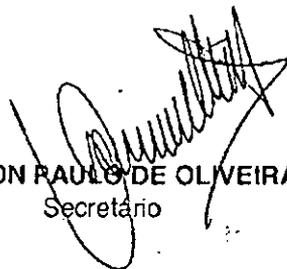
Controleados pelo SELLO DE AUTENTICIDADE DE

SELOS INCLUIDO NA ULTIMA FOLHA DO INSTRUMENTO

000046

acolhimento desse Conselho, do Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. **ADIR HANNOUCHE** - Diretor Presidente. **LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI** - Diretor de Finanças. **MAURICIO DAYAN ARBETMAN** - Diretor Adjunto. Após análise, a Proposta da Diretoria para Aumento do Capital Social da Companhia e para adequação do artigo 4º do Estatuto Social foi aprovada por unanimidade dos votantes. Na sequência, relativamente ao item 2 da pauta - Eleição de membro do Conselho de Administração para preenchimento de vaga, o Sr. Presidente informou que, em função de vaga em aberto no Conselho de Administração da Copel Telecom, apresentou, para completar o mandato 2015-2017, a indicação do Sr. **FRANKLIN KELLY MIGUEL**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista e advogado, portador da Identidade Profissional OAB 55.048/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 910.379.649-34, residente e domiciliado na Rua Arauna nº 150, casa 10, Curitiba - PR, como membro daquele Colegiado. Colocada em votação, tendo sido apresentado o currículo e declaração de desimpedimento, a proposta foi aprovada por unanimidade dos votantes. O eleito tomará posse mediante assinatura em termo específico lavrado no livro de ata de reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 149 da Lei nº 6.404/76. A propósito, registra-se que o Sr. Jonel Nazareno turk mantém-se como Presidente e o Sr. Adir Hannouche como secretário executivo do Conselho de Administração da Copel Telecom. Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa pelo tempo necessário à lavratura da ata, que, reaberta a sessão, foi lida e aprovada, dando o Sr. Presidente por encerrados os trabalhos. Do que eu, Amilton Paulo de Oliveira, lavrei esta ata, que vai devidamente assinada, ficando desde logo autorizada pela acionista controladora sua publicação em forma de extrato. (a) **LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** - Diretor Presidente da Copel e Representante da Acionista Controladora; **GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN** - Membro do Conselho Fiscal; **ADIR HANNOUCHE** - Diretor Presidente da Copel Telecomunicações S.A. e Presidente da Assembleia; e **AMILTON PAULO DE OLIVEIRA** - Secretário. A presente é cópia fiel da ata da 15ª Assembleia Geral Ordinária e 40ª Assembleia Geral Extraordinária da Copel Telecomunicações S.A., realizada em 28 de abril de 2016, lavrada às páginas 010 a 014 do livro próprio nº 02.

Curitiba, 28 de abril de 2016



**AMILTON PAULO DE OLIVEIRA**  
Secretário

**15º TABELIONATO**  
Rua José Loreiro, 711 - CEP 80010-000  
Centro Comercial Itália - Curitiba/PR  
A PRESENTE FOTOCOPIA E REPRODUÇÃO FIEL DO  
DOCUMENTO ORIGINAL EM SEU CERTIFICADO, NESTA DATA

Curitiba, 28 de ABRIL 2016 Paraná

Lei: 13.228 de 19/11/2001  
**SELO**  
**FUNARPEN**  
TABELIONATO DE NOTAS  
FIK83328

**JUNTA COMERCIAL DO PARANA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/05/2016  
SOB NÚMERO: 20162566700  
Protocolo: 16/256670-0, DE 13/05/2016  
Empresa: 41 3 0001927 4  
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
**LIBERTAD BOGUS**  
SECRETARIA GERAL



# 6ª SERVENTIA NOTARIAL

Eugênio Caetano do Amaral Neto - Tabelião Interino

Rua Emiliano Perneta, 160, Centro, Curitiba - Paraná

Fone/Fax: (41) 3232-2109 - CNPJ/MF 75.214.320/0001-43

Livro nº: 0635-B

Folha nº: 151

Prof. nº: 03130/2016

P. J. nº: 354954

009047

**TABELIONATO MÔNICA MALUCELLI**  
6º Ofício de Notas  
Rua Emiliano Perneta, 160 - Térreo  
Fone/Fax: (41) 3232-2109  
CEP 80010-050 - CURITIBA - PARANÁ

Procuração bastante que faz: **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, na forma abaixo:

**S A I B A M**, quantos este público instrumento de procuração bastante virem que aos dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (02/08/2016), nesta Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, nestas Notas, perante mim, Escrevente, compareceu como **outorgante: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.368.865/0001-66, com sede na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, bloco-A, nesta Capital, com seus Atos Constitutivos e Simplificada da Junta Comercial atualizada de 27/07/2016, que se encontra arquivados nestas notas sob nº 766-C; neste ato representada por seu **Diretor Presidente: ADIR HANNOUCHE**, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, portador da Cédula de Identidade RG. 38.894.798-6-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob n.º 495.550.656-91, e por seu **Diretor Adjunto: MAURICIO DAYAN ARBETMAN**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG. 063199004-SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob n.º 910.430.857-34; ambos com endereço profissional na Rua Coronel Dulcício, nº 800, Batel, nesta Capital. Os presentes identificados como os próprios por mim, Escrevente, que esta subscrevo, através dos documentos apresentados, acima referidos, do que dou fé. Ai, pela outorgante, através de seus representantes, me foi dito que, por este público instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seu bastante procurador: **WESLEY DE SOUZA CARVALHO**, brasileiro, casado, analista comercial, portador da C. Identidade RG. 6.136.938-4/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 020.245.259-03, com endereço comercial na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, nesta Capital; ao qual confere amplos poderes especiais, para o fim especial de, em nome da outorgante, assinar contratos de venda de serviços de telecomunicações, no valor máximo global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), firmados pela outorgante com seus clientes; e praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato. (Sob minuta apresentada). **Vedado expressamente o substabelecimento deste instrumento a terceiros.** Pela outorgante, me foi dito através de seus diretores, **que o presente mandato tem prazo de validade de um (1) ano, expirando, então, a sua validade.** A outorgante declara, através de seus diretores, ter sido alertada da responsabilidade civil e criminal pelos elementos declaratórios e da autenticidade dos documentos fornecidos por elas, constantes neste instrumento, e que após a sua assinatura, são inalteráveis, isentando esta serventia de todas as responsabilidades decorrentes. Pela outorgante, me foi dito, através de seus diretores, finalmente, que aceitam esta procuração em todos os seus termos, tal qual se acha redigida. As partes dispensam a presença das testemunhas, conforme faculta o artigo 684, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná. **Guia de Recolhimento sob nº 24000000001773627-0, expedida pelo Funrejus, comprovando o pagamento no valor de R\$. 17,50, paga em data de 02/08/2016.** E assim como me foi pedido e mandei lavrar o presente instrumento, que a mim foi distribuído, e depois de ser lido, com tempo suficiente para a assimilação do contexto, achado conforme, aceita em todos os seus termos e da forma como foi redigido, é então assinado perante mim, **ROSELI APARECIDA CALEGARI DA SILVA**, Escrevente, que o lavrei e conferi. Eu, **EUGENIO CAETANO DO AMARAL NETO**, Tabelião Interino, que o subscrevo e dou fé. O Presente instrumento foi protocolado no livro de protocolo geral desta serventia sob o nº 03130/2016, em data de 02/08/2016. (CUSTAS = 384,62 VRC= R\$ 70,00 + Selo R\$ 0,75). (a.à.) **ADIR HANNOUCHE, MAURICIO DAYAN ARBETMAN, EUGENIO CAETANO DO AMARAL NETO - TABELIÃO INTERINO.** Nada Mais. Trasladada na mesma data. Está conforme ao seu original ao qual me reporto e dou fé. 24000000001773627-0 02/08/2016 R\$ 17,50

FUNARPEN - SELO DIGITAL Nº 90L4X . ka3Nk . KJDyz, Controle: TZXdS . yrvtb

**TABELIONATO MÔNICA MALUCELLI**  
6º Ofício de Notas  
Rua Emiliano Perneta, 160 - Térreo  
Fone/Fax: (41) 3232-2109  
CEP 80010-050 - CURITIBA - PARANÁ

EM TESTEMUNHA DA VERDADE  
6º OFÍCIO DE NOTAS

**Roseli Aparecida Calegari da Silva**  
Escrevente



## Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

000048

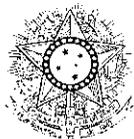
		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.368.865/0001-66 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO          CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 04/04/2001
NOME EMPRESARIAL COPEL TELECOMUNICACOES S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) COPEL-TELECOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 1.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia - SCM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 61.20-5-99 - Serviços de telecomunicações sem fio não especificados anteriormente 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações 61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 71.12-0-00 - Serviços de engenharia 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 42.21-9-04 - Construção de estações e redes de telecomunicações 42.21-9-05 - Manutenção de estações e redes de telecomunicações			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA			
LOGRADOUR R JOSE IZIDORO BIAZETTO	NÚMERO 158	COMPLEMENTO BLOCO A	
CEP 81.200-240	BAIRRO/DISTRITO MOSSUNGUE	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO EVANDRO.DOMINSKI@COPEL.COM		TELEFONE (41) 3310-5180 / (41) 9229-4645	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 07/05/2015 às 15:03:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)
[Voltar](#)



COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
MATRIZ E FILIAIS

000049

## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 04.368.865/0001-66

Certidão nº: 68995150/2016

Expedição: 18/07/2016, às 14:46:04

Validade: 13/01/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.** (**MATRIZ E FILIAIS**), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.368.865/0001-66**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

1991300-04.2003.5.09.0007 - TRT 09ª Região \*

0000213-89.2011.5.09.0019 - TRT 09ª Região \*

0090500-07.2002.5.09.0022 - TRT 09ª Região \*

\* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

**Total de processos: 3.**

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

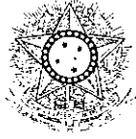
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores



000120

Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

1992-1993  
1993-1994  
1994-1995  
1995-1996  
1996-1997  
1997-1998  
1998-1999  
1999-2000  
2000-2001  
2001-2002  
2002-2003  
2003-2004  
2004-2005  
2005-2006  
2006-2007  
2007-2008  
2008-2009  
2009-2010  
2010-2011  
2011-2012  
2012-2013  
2013-2014  
2014-2015  
2015-2016  
2016-2017  
2017-2018  
2018-2019  
2019-2020  
2020-2021  
2021-2022  
2022-2023  
2023-2024  
2024-2025

2025-2026

2026-2027  
2027-2028  
2028-2029  
2029-2030  
2030-2031  
2031-2032  
2032-2033  
2033-2034  
2034-2035  
2035-2036  
2036-2037  
2037-2038  
2038-2039  
2039-2040  
2040-2041  
2041-2042  
2042-2043  
2043-2044  
2044-2045  
2045-2046  
2046-2047  
2047-2048  
2048-2049  
2049-2050

000051

2025-2026

2026-2027  
2027-2028  
2028-2029  
2029-2030  
2030-2031  
2031-2032  
2032-2033  
2033-2034  
2034-2035  
2035-2036  
2036-2037  
2037-2038  
2038-2039  
2039-2040  
2040-2041  
2041-2042  
2042-2043  
2043-2044  
2044-2045  
2045-2046  
2046-2047  
2047-2048  
2048-2049  
2049-2050

- COPTEL TELECOMUNICACIONES S/A.

LUZ CAMILO RAMIREZ

2025-2026

SITUAÇÃO REGULAR



000052

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04368865/0001-66  
**Razão Social:** COPEL TELECOMUNICAÇÕES SA  
**Endereço:** RUA JOSE IZIDORO BIAZETTO 158 BLOCO A / MOSSUNGUE /  
CURITIBA / PR / 81200-240

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 09/11/2016 a 08/12/2016

**Certificação Número:** 2016110901480454466995

Informação obtida em 17/11/2016, às 09:45:47.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

000053

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: COPEL TELECOMUNICACOES S.A.  
CNPJ: 04.368.865/0001-66

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 16:26:49 do dia 03/10/2016 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2017.

Código de controle da certidão: **8638.E2A0.1828.15C3**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
Nº 015242109-07

000004

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 04.368.865/0001-66

Nome: **COPEL TELECOMUNICACOES S/A**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 11/01/2017 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA  
DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**

000405

PROCESSO Nº: 01-085399/2016

CERTIDÃO Nº: 500918/2016

CONTRIBUINTE: COPEL TELECOMUNICACOES S/A

Nº FISCAL: 423672-9

CNPJ Nº: 04.368.865/0001-66

ENDEREÇO: RUA JOSÉ IZIDORO BIAZETTO, Nº 158

FINALIDADE: CONCORRÊNCIA/LICITAÇÃO

É expedida esta CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA, referente a Tributos e outros Débitos Municipais, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data, nos termos do artigo 151 da Lei 5.172/1966 (CTN) e Lei Complementar nº 104/2001 e demais legislações aplicáveis à espécie. Constatam em nome do sujeito passivo, os débitos abaixo relacionados,:

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – AUTO (DIFERENÇA), exercício de 2001(AI 115728), executado sob nº 0000232-67.2013.8.16.0185 - 2ª VFP, com a exigibilidade suspensa em razão de depósito judicial nos autos nº 0046339-04.2011.8.16.0004 – 2ª VFP, até a presente data, conforme informação da Procuradoria Geral Fiscal (PGF).....

Em firmeza do que eu, Paulo Roberto de Lara ou Silvana Maria Culpi Agente Administrativo, passei e digitei a presente certidão que não apresentando rasuras, emendas ou entrelinhas, vai por mim conferida, visada e assinada.....

A presente CERTIDÃO é válida por 120(cento e vinte)dias. “Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços – ISS), Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos – ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia” e outros débitos municipais. Cópia da mesma só terá validade se conferida com a original. Reservando-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo os referentes a períodos compreendidos nesta.....

Curitiba, 08 de Agosto de 2016.

  
SILVANA MARIA CULPI  
CHEFE DE DIVISÃO  
MAT. 88.029



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77

E-mail: [assessoria@indianopolis.pr.gov.br](mailto:assessoria@indianopolis.pr.gov.br)  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

## DECRETO Nº 019/2013

000016

**Súmula:** Nomeia o Gestor de Contratos e Convênios do Município de Indianópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**, Prefeito Municipal de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

## DECRETA

**Art. 1º** - Fica nomeado Gestor de Contratos e Convênios do Município de Indianópolis, Estado do Paraná o servidor **MARCOS ROBERTO BELTRAME**, portador da cédula de identidade RG. n.º 4.500.154-7 SSP/PR e CPF 772 277 439 34, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "14 de Dezembro" de Indianópolis, Estado do Paraná, em 11 de Abril de 2013.

  
**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**  
Prefeito Municipal

Tribuna de Cianorte

Edição n.º 6549

Página n.º 18

Data de: 12/4/2013



# MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS

Praça Caramuru, 150 – Centro – CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 – 3674 1560 – CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [assessoria@indianopolis.pr.gov.br](mailto:assessoria@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

## PORTARIA Nº 127/2016

000037

PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, Prefeito Municipal de Indianópolis Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor;

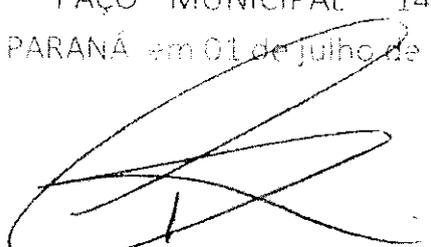
### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR: Antonia Aparecida de Abreu CPF N° 734.715.349-20, RG N° 5.041.080-3 SSP/PR, Leonardo Beumer Cardoso, CPF N° 061.091.399-98, RG N° 81.840.598 SSP/PR, Marcos Roberto Beltrame CPF N° 772.277.439-34, RG N° 4.500.154-7 SSP-PR, Rozelene de Souza Trevisan, CPF N° 747.804.339-91, RG N° 4.675.988-5 SSP/PR e Adriane da Freiria Martins Lopes CPF N° 048.657.349-45, RG N° 6.704.887-3 SSP/PR, para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, para o exercício de 2016, como a missão específica de processar e julgar todas as licitações realizadas.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 001/2016 de 05 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, revogando as disposições em Contrário.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ em 01 de julho de 2016.

  
PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS  
Prefeito do Município de Indianópolis

Jornal: Tribuna de Cianorte.

Edição nº 7374

Página nº B - 08

Data de: 05/07/2016



**Município de Indianópolis - 2016**  
**Mapa da Licitação**  
**Processo inexigibilidade 17/2016**

Data abertura: 24/11/2016      Data julgamento: 24/11/2016      Data homologação: CNPJ: 04.368.865/0001-66

Produto	UN.	Quantidade	Preço	Marca
Lote 001 - Lote 001 001    Internet IP Direto com velocidade d e 08 Mbps	MES	12,00	1.007,73 *	
TOTAL GERAL DO FORNECEDOR			12.092,76	
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR				

000086



# Município de Indianópolis - 2016

Classificação por item

Processo inexigibilidade 17/2016

000039

Página:1

Fornecedor	CNPJ/CPF	Status	Marca	Preço Unitário
Lote 001 - Lote 001				
Item 001: 21345 Internet IP Direto com velocidade de 08 Mbps				
5469-1	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	04.368.865/0001-66	Habilitado	1.007,73

Qtde. itens desertos : 000

Qtde. itens frustrados : 000



Município de Indianópolis - 2016  
Relação de Participantes  
Processo inexigibilidade 17/2016

000060

Código	CNPJ/CPF	Fornecedor	Status
Fornecedores não enquadrados na lei complementar nº123/2006			
5469-1	04.368.865/0001-66	COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	Habilitado
Qtde de fornecedores: 001			
Qtde total de fornecedores: 001			



# Município de Indianópolis - 2016

Vencedores por lote/item  
Processo inexigibilidade 17/2016

000061

Página:1

Produto	Marca	Preço
Lote 001 - Lote 001		
Fornecedor: 5469-1 COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.	CNPJ: 04.368.865/0001-66	Itens vencidos: 1
Item 001 21345 - Internet IP Direto com velocidade de 08 Mbps		1.007,73



# Município de Indianópolis - 2016

Classificação por Fornecedor  
Processo inexigibilidade 17/2016

000062

Página:1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Sel	
Fornecedor: 5469-1 COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.			CNPJ: 04.368.865/0001-66	Telefone:	Status: Habilitado		12.092,76		
Lote 001 - Lote 001							12.092,76		
001	21345 Internet IP Direto com velocidade de 08 Mbps	ME	12,00	Habilitado		1.007,73	12.092,76 *		
<b>VALOR TOTAL:</b>								12.092,76	



# Município de Indianópolis

Solicitação 155/2016

Termo de Referência

000002

**Solicitação**  
Número *155* Tipo **Contratação de Serviço** Emitido em 24/11/2016 Quantidade de itens 1

**Solicitante**  
Código *5068-7* Nome **JOSE LOURENÇO TORMENA** Processo Gerado Número *79/2016*

**Local**  
Código *3* Nome **SALA DO SECRETARIO GERAL**

**Órgão**  
Nome *03* **SECRETARIA GERAL** Pagamento Forma **conforme execução do**

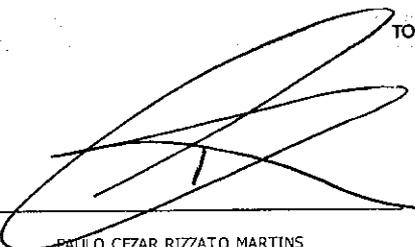
**Entrega**  
Local **PREFEITURA** Prazo **12 Meses**

**Descrição:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

**Item**  
**001 Lote 001**

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
021345	Internet IP Direto com velocidade de 08 Mbps	MES	12,00	1.007,73	12.092,76
				TOTAL	12.092,76
				<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.092,76</b>

  
JOSE LOURENÇO TORMENA  
Solicitante

  
PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS  
Prefeito Municipal

000062



## **MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**

Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 235 000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br  
**INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ**

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO - MODALIDADE: Processo inexigibilidade N.º 17/2016**

RATIFICO POR ESTE TERMO O PROCESSO INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS, CONFORME PEDIDO EM ANEXO. EM FAVOR DA EMPRESA GANHADORA

---

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
CNPJ 04.368.865/0001-66  
RUA JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO A - CEP: 81200240 - BAIRRO: MOSSUNGE  
CIDADE/UF: Curitiba/PR

O CUSTO ESTIMADO IMPORTA UM TOTAL DE R\$ 12.092,76 (Doze Mil e Noventa e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos), COM BASE NO ART. 24 INCISO II, DA LEI FEDERAL 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, DE ACORDO COM PARECER DA ASSESSORIA JURIDICA, E TENDO EM VISTA OS ELEMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO Nº 150/2016.

INDIANÓPOLIS/PR, 24/11/2016

  
**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

01/01/2016. VALOR GLOBAL: R\$75.662,00 (Setenta e Cinco Mil, Seiscentos e Seisenta e Dois Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 70/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 142/2016.

386. CONTRATO: PAZAN & CIA LTDA. Inscrita no CNPJ nº. 07.233.306/0001-97, estabelecida à RUA DA ESPERANÇA, 648 INDUSTRIA CEP: 96191018 - BAIRRO: JARDIM CASA GRANDE, município de Cambé/PR representada por ALBINO PAZAN, CPF nº 529.146.159-49, RG. 3.768.129-6. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE PLACAS, FAIXAS E BANNERS PARA ATENDIMENTO DE FORMA FRACTIONADA, DAS DIVISÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$3.900,00 (Três Mil e Novecentos Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 70/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 143/2016.

385. CONTRATO: VALORIZE - PLACAS E TROFÉUS LTDA EPP. Inscrita no CNPJ nº. 09.129.215/0001-81, estabelecida à AVENIDA HENRIQUE MANSANO, 1500 - CEP: 96879450 - BAIRRO: JARDIM SANTA MONICA, município de Londrina/PR representada por PEDRO VALDIR VILLAS BOAS, CPF nº 810.524.559-87, RG. 51164571. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE PLACAS, FAIXAS E BANNERS PARA ATENDIMENTO DE FORMA FRACTIONADA, DAS DIVISÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$3.900,00 (Três Mil e Novecentos Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 70/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 144/2016.

387. CONTRATO: FIO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME. Inscrita no CNPJ nº. 21.925.999/0001-02, estabelecida à RUA SOARES RAPOSO, 1374 ANDAR: 1, SALA: 001 - CEP: 87750000 - BAIRRO: CENTRO, município de Alto Paraná/PR representada por MANAYRA MARCONI DOS SANTOS SILVA, CPF nº 062.071.919-61, RG. 105269722 SSP/PR. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS, DE FORMA FRACTIONADA, DE SEGURANÇA PARA EVENTOS NO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 08/12/2016 a 08/12/2017. VALOR GLOBAL: R\$20.480,00 (Vinte Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 65/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 145/2016.

388. CONTRATO: WILSON ROBERTO DE ALMEIDA - ME. Inscrita no CNPJ nº. 07.679.542/0001-81, estabelecida à RUA CEL STELIO FARIAS USBÓ, 553 TERREO - CEP: 87900000 - BAIRRO: CENTRO, município de Londrina/PR representada por WILSON ROBERTO DE ALMEIDA, CPF nº 547.183.409-80, RG. 4039146-0. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma fractionada, de controle de águas sanitárias, compreendendo os serviços de desinfeção, higienização, desinfestação, serviços de limpeza e desinfecção, higienização de caixas de água/cisternas, limpeza, desentupimento e conservação de fossa a caixa de gordura e termonebulização de bocas de lot. O fornecimento de equipamentos e materiais para execução dos serviços a serem realizados nos próprios municipais, buscando manter os equipamentos de trabalho em bom estado de salubridade e descontaminação, tendo para a segurança pessoal dos servidores deste Município quanto para a conservação dos bens da Prefeitura. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$08.906,00 (Oitenta e Oito Mil, Novecentos e Seis Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 67/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 146/2016.

389. CONTRATO: MIGUEL ADELINO PONDIAN-ME. Inscrita no CNPJ nº. 03.221.624/0001-27, estabelecida à AVENIDA GOITACAZES, 1007 - CEP: 87235000 - BAIRRO: PARQUE INDUSTRIAL, município de Indianópolis/PR representada por MIGUEL ADELINO PONDIAN, CPF nº 708.481.309-87, RG. 4.987.634-3. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE MADEIRAS PARA UTILIZAÇÃO EM MANUTENÇÃO DE DIVISÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$46.125,08 (Quarenta e Seis Mil, Cento e Vinte e Seis Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 76/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 147/2016.

390. CONTRATO: GUAIVISEL DISTRIBUIDORA DE PECAS PARA TRATORES LTDA EPP. Inscrita no CNPJ nº. 79.183.919/0001-18, estabelecida à RODOVIA BR. AVELINO PIACENTINI, 40 - CEP: 87309550 - BAIRRO: CENTRO, município de Campo Mourão/PR representada por WILMAR MARTINI, CPF nº 452.695.309-10, RG. 3.318-852-8. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE PECAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS (RETROSCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA) DA FROTA MUNICIPAL. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$186.500,00 (Cento e Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 82/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 148/2016.

391. CONTRATO: SARANDI TRATORES LTDA. Inscrita no CNPJ nº. 77.266.575/0001-85, estabelecida à AVENIDA ADMAR BORNIA, 629 - CEP: 87113000 - BAIRRO: JARDIM EUROPA, município de Sarandi/PR representada por ODAURO VITORIANO, CPF nº 260.292.999-91, RG. 1.659.642. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE PECAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS (RETROSCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA) DA FROTA MUNICIPAL. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$72.800,00 (Setenta e Dois Mil e Oitenta Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 83 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 149/2016.

392. CONTRATO: CENTRAL 376 PECAS E SERVIÇOS EIRELI ME. Inscrita no CNPJ nº. 23.422.377/0001-06, estabelecida à ROV BR 376 KM 141 CD DA LT 01, S/N PO INDUSTRIAL - CEP: 87720140 - BAIRRO: SUMARE, município de Paraneva/PR representada por RAFAEL FERNANDO FAUSTINO DA SILVA, CPF nº 068.728.749-96, RG. 124290716. OBJETO: AQUISIÇÃO FRACTIONADA DE PECAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS (RETROSCAVADEIRA, MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA) DA FROTA MUNICIPAL. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR GLOBAL: R\$71.000,00 (Setenta e Um Mil Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 02/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 150/2016.

393. SEGUNDO ANEXO DO CONTRATO N.º 172/2015 com a empresa CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA. Inscrita no CNPJ nº. 05.326.878/0001-35, estabelecida à Rua Jacaré, 244, Centro, Japurá, Paraná. ALTERAÇÃO: As partes de comum acordo decidem adotar o valor de R\$20.005,46 sobre o valor contrato original, devido a necessidade de substituição total do ferro por ferrão de PVC, substituição de janelas e fechaduras de grampo, conforme parecer técnico do arquiteto responsável do município e parecer jurídico. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

394. CONTRATO: COPPEL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO LTDA. Inscrita no CNPJ nº. 06.928.789/0002-39, estabelecida à AVENIDA PEDRO TAQUES, 294 EDIFÍCIO ATITUDE TORRE NORTE 5, 5º ANDAR - CEP: 87000000 - BAIRRO: ZONA 07, município de Maringá/PR representada por EDNIELSON CARLOS SEGALA, CPF nº 698.758.719-15, RG. 4533060-3. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CARTÕES MAGNÉTICOS, DO TIPO VALE REFEIÇÃO, DOTADOS DE TECNOLOGIA ADEQUADA. PRAZO DE VIGÊNCIA: de 24/11/2016 a 24/11/2017. VALOR GLOBAL: R\$151.200,00 (Cento e Cinquenta e Um Mil e Duzentos Reais). LICITAÇÃO: Processo de Licitação Edital nº. 81/2016 - modalidade Pregão. CONTRATO nº. 151/2016, de 24/11/2016 (vinte e quatro de novembro de 2016).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE DESTINADO AO ATENDIMENTO DE TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS - PR. VALOR GLOBAL: R\$ 704,11 (Setecentos e Setenta e Quatro Reais e Onze Centavos).

Table with 10 columns: LOTE, Nº, Descrição, Valor, etc. Total: 2011,11

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 02 (dois) meses, contados da data de assinatura do contrato. DATA DE ASSINATURA: 23/11/2016

ORLANDO PEREZ RIZZATO, Prefeito Municipal

000065

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS. Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 238 000. Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.855/8901-77. E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br. INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO - MODALIDADE: Processo licitatório N.º 17/2016

RATIFICO POR ESTE TERMO O PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2016, ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS, CONFORME PEDIDO EM ANEXO, EM FAVOR DA EMPRESA GANHADORA

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A. CNPJ 04.283.863/0001-66. RUA JENY 17100001 81424-770, 148 BR UNIV. CEP: 81560-000 - BAIRRO: MOSSUMBUÍ - CURITIBA/PR

O CUSTO ESTIMADO IMPORTA UM TOTAL DE R\$ 1.000,76 (Um Mil e Setenta e Seis Centavos), COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI FEDERAL 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, DE ACORDO COM PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA, E TENDO EM VISTA OS ELEMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO N.º 150/2016.

INDIANÓPOLIS/PR, 24/11/2016

PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS. Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87 238 000. Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.855/8901-77. E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br. INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE RATIFICAÇÃO - MODALIDADE: Processo Dispensa N.º 37/2016

RATIFICO POR ESTE TERMO O PROCESSO LICITATÓRIO N.º 37/2016, PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA UTILIZAÇÃO INDUSTRIAL PARA INCENTIVO À INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, CONFORME PEDIDO EM ANEXO, EM FAVOR DE

CLAUDINEI SOARES DA ROCHA & CIA LTDA. CNPJ 05.326.878/0001-35. AVENIDA SANTOS DE MONT, 161 - ZONA 07/20000 - BAIRRO: CENTRO CIDADANIA - JAPURÁ/PR

O CUSTO ESTIMADO IMPORTA UM TOTAL DE R\$ 4.000,00 (Quatro Mil e Quatrocentos Reais), COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI FEDERAL 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, DE ACORDO COM PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA, E TENDO EM VISTA OS ELEMENTOS QUE INSTRUEM O PROCESSO N.º 149/2016.

INDIANÓPOLIS/PR, 24/11/2016

PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO A COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A, E DE OUTRO O MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS.**

CONTRATO Nº 166/2016

A **COPEL TELECOMUNICAÇÕES S/A**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade por ações, subsidiária integral da **COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.368.865/0001-66 e Inscrição Estadual n.º 90.233.099-28, com sede à Rua José Izidoro Biazetto, nº 158 – Bloco “A”, Mossunguê, em Curitiba - PR, neste ato representada conforme Estatuto Social, aqui denominada **CONTRATADA** e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**, com sede à Praça Caramuru, nº 150, na cidade de Indianópolis, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.798.355/0001-77, neste ato representado pelo seu prefeito **PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS** aqui denominado **CONTRATANTE**, celebram o presente contrato, o qual reger-se-á pela legislação vigente e pelas condições gerais do contrato anexas.

**Cláusula 1ª - OBJETO**

É objeto do presente Contrato o fornecimento de Serviços **IP Direto** em acordo com as definições dos serviços e demais disposições deste Contrato e seus Anexos.

**Cláusula 2ª - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Integram o presente Contrato, como se nele estivesse escrito, os seguintes Anexos:

- Condições Gerais do Contrato – Anexo I
- Formulário de Identificação do Serviço – Anexo II

O conteúdo e a forma dos Anexos serão mantidos atualizados, por acordo entre as Partes, observando o disposto neste Contrato.

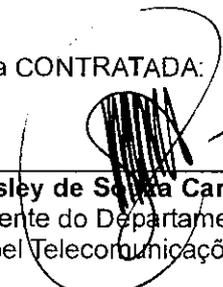
**Cláusula 3ª - FORO**

3.1. As Partes elegem o foro da cidade de CIANORTE – Estado do Paraná, como competente para dirimir as questões decorrentes deste Contrato, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja ou se tome.

E, por estarem justas e acordadas, as **Partes** assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Indianópolis, 19 de Dezembro de 2016.

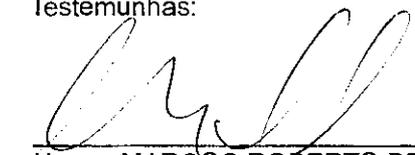
Pela CONTRATADA:

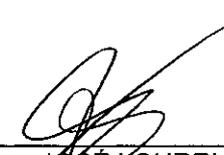
  
 \_\_\_\_\_  
**Wesley de Souza Carvalho**  
 Gerente do Departamento Comercial  
 Copel Telecomunicações S.A.

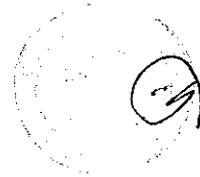
Pela CONTRATANTE:

  
 \_\_\_\_\_  
**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**  
 Prefeito Municipal

Testemunhas:

  
 \_\_\_\_\_  
 Nome: MARCOS ROBERTO BELTRAME  
 CPF: 772.277.439-34

  
 \_\_\_\_\_  
 Nome: JOSÉ LOURENÇO TORMENA  
 CPF: 628.836.049-91



## ANEXO I

**CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET – IP DIRETO**

As condições abaixo integram o Contrato de Prestação de Serviços de Telecomunicações e Internet – IP DIRETO e devem ser lidas cuidadosamente pelas Partes por ocasião da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:**

1.1 Fornecimento do serviço IP DIRETO (Internet Protocol) disponibilizando conectividade à rede mundial Internet, conforme as definições e condições estabelecidas no presente instrumento contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DEFINIÇÕES:**

## 2.1. Serviço IP DIRETO.

Serviço de interconexão com a rede mundial Internet, compreendendo:

- a) Porta de Serviço IP;
- b) TAS – Transporte de comunicação de dados;
- c) Interface Física;
- d) Faixa de endereços IP;
- e) Velocidade(s) ou largura(s) de banda Nominal e Garantida.

## 2.2. Portas de Serviço IP

É a interface lógica existente na Rede de Serviços IP da **CONTRATADA**, onde são configuradas a(s) velocidade(s) Nominal e Garantida.

## 2.3. TAS – Transporte de comunicação de dados (Serviço de Telecomunicações)

É o canal de comunicação de dados interconectando a porta de Serviço IP (localizada na rede de Serviços IP da **CONTRATADA**) e a interface física (localizada nas dependências da **CONTRATANTE**) ao qual é atribuído a Velocidade Nominal e Garantida.

## 2.4. Interface Física

É a interface física, disponibilizada nas dependências da **CONTRATANTE** para conexão dos seus equipamentos, associada à Porta de Serviços IP.

## 2.5. Velocidade Nominal

É a velocidade máxima suportada pelo serviço IP DIRETO solicitado pela **CONTRATANTE** e definidos no Anexo II.

## 2.6. Velocidade Garantida

Corresponde à largura de banda garantida solicitada pela **CONTRATANTE** e definidas no Anexo II que a **CONTRATADA** alocará para uso exclusivo da **CONTRATANTE**, dentro da sua infraestrutura de Rede de Serviços IP.



## CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRAZOS DE OPERAÇÃO:

000068

### 3.1. Vigência

O prazo de vigência do Contrato está indicado no(s) Formulário(s) de Identificação do(s) Serviço(s) – Anexo II.

### 3.2. Renovação

A critério da Administração Contratante, segundo sua conveniência e necessidade, o presente contrato poderá ser prorrogado e aditivado, se houver concordância da contratada, conforme estabelece art. 57, inciso II da lei 8666/93.

### 3.3. Prazos de Operação

Os prazos de operação indicados no(s) Formulário(s) de Identificação do(s) Serviço(s), Anexo II, serão prorrogados conforme item 3.2. Outrossim, as **Partes** deverão comunicar formalmente uma à outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, as decisões de não prorrogação dos prazos referidos.

## CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, REAJUSTES E ENCARGOS

As **Partes** convencionam que os pagamentos serão feitos mensalmente, devendo a **CONTRATADA** fornecer à **CONTRATANTE** a fatura para pagamento em Instituição Bancária com antecedência mínima de 10 (dez) dias à data de vencimento.

### 4.1. Valores

4.1.1. O preço mensal do serviço contratado será o valor indicado e constante no Anexo II, ao qual encontram-se inclusos os impostos, conforme a legislação aplicável. A criação, alteração, modificação e/ou extinção de tributos, tarifas, taxas, encargos, contribuições fiscais ou para-fiscais, previdenciárias e trabalhistas, ou modificadas as alíquotas dos atuais, dada nova interpretação pelo Fisco Municipal, Estadual e/ou Federal, serão aplicados sobre os preços do Serviço.

4.1.2. O valor global estimado do presente Contrato está indicado no(s) Formulário(s) de Identificação do(s) Serviço(s), Anexo II.

4.1.3. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária constante no Anexo II

4.1.4. Ao valor referido no item 4.1.1 será acrescido, se houver, o parcelamento mensal da taxa de acesso, cujo valor mensal, acrescido dos impostos, e prazo de pagamento constarão do Anexo II.

4.1.5. Ao valor do item 4.1.1 será acrescida a taxa de instalação, cujo valor e prazo de pagamento constarão do Anexo II.

4.1.6. Os valores relativos a serviços de reinstalações, remanejamentos, mudanças e retiradas eventualmente solicitadas pela **CONTRATANTE** serão cobrados 30 (trinta) dias após a execução, mediante orçamento prévio aprovado pela **CONTRATANTE**.

4.1.7. Em havendo alterações de endereço de entrega do serviço contratado, a importância a ser paga terá valor correspondente à topologia atualizada, consoante as solicitações da **CONTRATANTE**, respeitando-se o cálculo pró-rata dia da vigência das alterações.

## 4.2 Reajuste

Os valores referidos no item 4.1.1 serão reajustados de acordo com o seguinte critério:

A cada 12 (doze) meses ou em periodicidade diferente, desde que permitido pela legislação aplicável, na proporção que venha a ser determinada pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) ou, na falta deste, por qualquer outro índice que de comum acordo seja eleito pelas **Partes** para substituí-lo.

## 4.3 Encargos por Atraso no Pagamento

4.3.1. O não pagamento dos valores mensais devidos à **CONTRATADA**, na data de vencimento, sujeitará a **CONTRATANTE**, independentemente de aviso ou interpelação judicial, às seguintes sanções:

4.3.1.1. Aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do saldo devedor, devida uma única vez, no dia seguinte ao do vencimento de cada fatura.

4.3.1.2. Atualização do valor devido do dia seguinte ao vencimento até a data da efetiva liquidação do débito, corrigida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), pelo período de atraso, inclusive pró-rata dia, ou na falta dele, por outro índice que venha a substituí-lo, acrescida da taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês, ou outros critérios que venham a substituí-lo por força da lei.

4.3.1.3. Ocorrendo inadimplência por parte da **CONTRATANTE** por período superior a 30 (trinta) dias, a contar do vencimento da obrigação, a **CONTRATADA**, poderá suspender/interromper e/ou encerrar os serviços, bem como recolher seus equipamentos, cobrando os valores devidos pela **CONTRATANTE**, assim como quaisquer perdas e danos que possa a **CONTRATADA** ter sofrido em decorrência da inadimplência da **CONTRATANTE**.

4.3.1.3.1. Na hipótese de ocorrer o contido no item 4.3.1.3, não haverá a obrigatoriedade da comunicação e/ou notificação prévia e expressa por parte da **CONTRATADA** para suspensão, interrupção e/ou encerramento dos serviços.

4.3.2. Qualquer recebimento de valores realizado pela **CONTRATADA** fora dos prazos e condições estabelecidas no presente Contrato será considerado como mera liberdade e tolerância, não importando em novação do estipulado na cláusula quarta em questão.

## 4.4. Início do faturamento dos serviços.

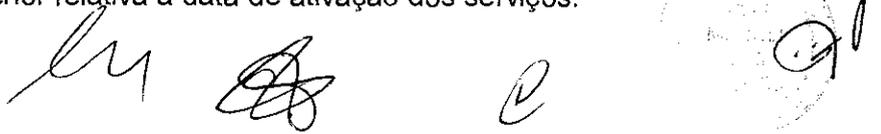
4.4.1. O início do faturamento dos serviços corresponde à data de ativação dos serviços pela **CONTRATADA**.

4.4.2. A data de ativação dos serviços é aquela em que se encerram os testes de aceitação conjuntos definidos em 6.1.1.

4.4.2.1. Na impossibilidade da **CONTRATANTE** realizar/participar dos testes de ativação em conjunto, no momento da entrega dos circuitos, a **CONTRATADA** executará os testes unilateralmente, e os serviços serão considerados como ativados e aceitos.

4.4.3. Após a realização dos procedimentos de testes de ativação, a **CONTRATADA** emitirá um termo de ativação do Serviço.

4.4.4. A **CONTRATANTE** poderá contestar por meio de correspondência registrada, a ativação dos serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ativação, sendo que após este prazo, os serviços serão considerados ativos, não cabendo qualquer contestação e reclamação posterior relativa à data de ativação dos serviços.



000070

4.4.5. A **CONTRATADA** somente aceitará contestações e reclamações da ativação dos serviços quando os mesmos não estiverem atendendo às características constantes do presente Contrato.

4.4.6. Mesmo que a **CONTRATANTE** não atenda os requisitos técnicos e operacionais sob sua responsabilidade, conforme estabelecido no presente Contrato, e dentro do prazo previsto no Anexo II para a ativação respectiva, a **CONTRATADA** ficará autorizada a iniciar o faturamento assim que os serviços sejam disponibilizados para a **CONTRATANTE**, independentemente de sua utilização ou não.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOCUMENTOS INTEGRANTES:

5.1. Estas condições integram o Contrato, onde encontram-se as informações pertinentes aos serviços contratados, bem como a identificação da **CONTRATANTE**, entre elas:

- Razão Social, Endereço Completo, Representante Legal;
- Endereço para conexão;
- Velocidade ou largura de banda nominal e garantida;
- Interface Física;
- Preços dos serviços;
- Prazo de Operação.

#### CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

6.1. Obrigações e responsabilidades comuns da **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**.

6.1.1. Executar, em conjunto, testes de aceitação dos Serviços, no momento da ativação dos serviços pela **CONTRATADA**.

6.1.2. Documentar as comunicações entre as Partes sempre por escrito e quando verbais, por razões de ordem prática ou de caráter urgente, confirmar por escrito dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.2. Obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA**:

6.2.1. Prover o serviço de Interconexão à rede mundial Internet, conforme os requisitos estabelecidos pela **CONTRATANTE** e definidos no Anexo II.

6.2.2. As atuações da **CONTRATADA**, inclusive para correções de falhas, restringem-se à sua infraestrutura de telecomunicações a Rede de Serviços até a interface física, não abrangendo falhas ou configurações inadequadas na infraestrutura ou sistemas da **CONTRATANTE**.

6.2.3. Atender às reclamações da **CONTRATANTE** sobre falhas e corrigir em até 8 (oito) horas, sem ônus à **CONTRATANTE**, desde que os danos causados não sejam de responsabilidades desta.

6.2.4. Fornecer e substituir, em caso de necessidade, as peças defeituosas dos equipamentos de sua propriedade e efetuar os necessários ajustes, sem ônus para a **CONTRATANTE**, desde que os danos causados não sejam de responsabilidade desta.

6.2.5. Comunicar à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a necessidade de promover modificações nos equipamentos de sua propriedade, modificações estas que não acarretarão ônus para a **CONTRATANTE**. Excetuam-se da necessidade de aviso prévio as intervenções realizadas durante os períodos caracterizados como "janela de manutenção".

- 6.2.5.1. A "Janela de Manutenção" é caracterizada pelo período compreendido entre 03h00 e 06h00 da manhã.
- 6.2.6. A **CONTRATADA** reserva-se o direito de modificar as especificações técnicas do serviço, sem alteração na contraprestação pecuniária estabelecida no presente Contrato. As modificações deverão ser comunicadas por escrito à **CONTRATANTE**, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. As modificações serão efetuadas pela **CONTRATADA** sempre que elas se façam necessárias, devido à atualização de programas, equipamentos e soluções tecnológicas utilizadas na sua Rede de Serviços.
- 6.2.7. A **CONTRATADA** não será responsável por acessos não autorizados a facilidade e/ou equipamentos da **CONTRATANTE** ou por alteração, furto, roubo ou destruição de equipamentos dos arquivos de dados, programas, procedimentos ou informações da **CONTRATANTE**.
- 6.2.8. A **CONTRATADA** não será responsável por quaisquer perdas, danos, consequências ou quaisquer outros danos indiretos sob égide deste Contrato.
- 6.2.9. A **CONTRATADA** garante a alocação exclusiva da Velocidade Garantida em todos os horários de utilização do serviço de acesso à rede mundial IP pela **CONTRATANTE**, ficando condicionada ao desempenho momentâneo dos demais backbones da Rede Internet Mundial.
- 6.2.10. A **CONTRATADA** não assegura e/ou garante fornecimento integral da Velocidade Nominal em todos os horários de utilização do serviço de acesso à rede mundial IP pela **CONTRATANTE**, ficando condicionada à disponibilidade momentânea da sua Rede de Serviços e/ou Rede Internet Mundial.
- 6.3. Obrigações e responsabilidades da **CONTRATANTE**:
- 6.3.1. Permitir o acesso de empregados ou prepostos da **CONTRATADA** às suas dependências, desde que devidamente identificados, para a fiscalização das quantidades dos serviços em operação e em cobrança, manutenção e conservação dos equipamentos da propriedade da **CONTRATADA**, devendo tomar as providências administrativas que garantam o livre exercício de tais atividades.
- 6.3.2. Prover, instalar e manter a infraestrutura necessária ao serviço contratado, incluindo configurações de seus equipamentos da rede interna, reservando área para instalação dos equipamentos de conexão da **CONTRATADA**, bem como fornecimento de energia para os equipamentos ali instalados, às suas expensas.
- 6.3.3. Comunicar à **CONTRATADA** qualquer anormalidade observada no serviço contratado, sendo que o prazo previsto em 6.2.3. terá seu início a contar do recebimento desse comunicado pela **CONTRATADA**.
- 6.3.4. A **CONTRATANTE** se compromete a não utilizar os serviços de maneira indevida ou fraudulenta, nem auxiliar ou permitir que terceiros o façam. Para os fins do presente instrumento contratual, abuso, uso indevido ou uso fraudulento incluem, mas não se limitam a:
- 6.3.4.1. Obtenção ou tentativa de obtenção dos serviços através de quaisquer meios ou equipamentos com a intenção de evitar o pagamento.
- 6.3.4.2. Acesso à alteração ou destruição de quaisquer informações de outro usuário da Rede Mundial Internet, através de qualquer meio ou equipamentos, ou a tentativa de fazê-los.

- 6.3.4.3. Interferência com o uso dos serviços por outros clientes ou usuários autorizados, ou em violação da lei ou em auxílio a qualquer meio ilegal,
- 6.3.4.4. Comercialização, cessão ou transferência de serviço contratado a terceiros, ou parte deste, em desacordo com a legislação.
- 6.3.5. Não alterar, ajustar ou efetuar reparos nos serviços. Caso tais alterações, ajustes ou reparos sejam efetuados pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará isenta de qualquer responsabilidade ou obrigação, incluindo quaisquer obrigações de garantia ou indenização perante a **CONTRATANTE**, referentes aos serviços, e a **CONTRATANTE** será responsável perante a **CONTRATADA** pelos custos ou perdas e danos por ela incorridos.
- 6.3.6. Registrar e manter seus dados cadastrais atualizados perante os órgãos vigentes reguladores da Internet Brasileira, responsabilizando-se pelas consequências oriundas da utilização dos endereços IP fornecidos pela **CONTRATADA**.
- 6.3.7. Responder aos Órgãos Reguladores da Internet Brasileira ou a terceiros por incidentes de segurança da rede, quando solicitados, inclusive com a implementação de correções em seus sistemas quando se fizer necessário.
- 6.3.8. Comunicar imediatamente à **CONTRATADA**, através do Centro de Operações, utilizando a central de atendimento telefônico da **CONTRATADA** definido no item 11.7 das Condições Gerais do presente Contrato, qualquer anormalidade observada que possa comprometer o desempenho do Serviço.
- 6.3.9. O provimento de acesso à Rede Mundial Internet, pela **CONTRATADA**, não inclui mecanismos da segurança lógica da rede da **CONTRATANTE**, sendo de responsabilidade desta a preservação de seus dados, as restrições de acesso e o controle de violação.
- 6.3.10. A conexão do serviço IP DIRETO com outros serviços de telecomunicações deverá ser efetuada em conformidade com a regulamentação de telecomunicações expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DESCONTOS COMPULSÓRIOS

- 7.1. A **CONTRATADA** concederá descontos por interrupções no serviço contratado, cujas causas sejam atribuíveis à própria **CONTRATADA**, desde que verificados as paralisações por período de tempo superior ao previsto em 5.2.3 e de acordo com a seguinte fórmula:

$$VD = \frac{VM}{720} \times n, \text{ onde:}$$

VD = Valor do desconto;

VM = Valor do serviço mensal;

n = Quantidade de unidades de períodos de 60 (sessenta) minutos excedentes ao previsto em 5.2.3.

- 7.2. Os períodos adicionais de interrupção maiores ou iguais a 30 (trinta) minutos, serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 60 (sessenta) minutos.

- 7.3. O valor do desconto será aplicado no mês subsequente, com base no valor vigente do serviço no mês da ocorrência da interrupção.

- 7.4. Não serão concedidos descontos nos seguintes casos:



- 7.4.1. Interrupções programadas pela **CONTRATADA** para testes, ajustes, manutenção preventiva e/ou substituição dos equipamentos e meios utilizados no provimento do serviço objeto deste Contrato, desde que devidamente informadas à **CONTRATANTE** com antecedência definida no item 6.2.5.
- 7.4.2. Interrupções ocasionadas por falhas na infraestrutura ou operação inadequada por parte da **CONTRATANTE** ou de seus prepostos.
- 7.4.3. Realização de alterações em equipamentos ou configurações quando solicitadas pela **CONTRATANTE**.
- 7.4.4. Quando por qualquer motivo, a **CONTRATANTE** impedir o acesso do pessoal técnico da **CONTRATADA** às suas dependências, conforme 6.3.1.
- 7.4.5. Quando a indisponibilidade do serviço ocorrer dentro do período definido como "janela de manutenção", conforme 6.2.5.1.

#### **CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÕES E RELOCAÇÕES**

- 8.1. Quaisquer alterações nas especificações do Serviço contratado, bem como alteração de equipamentos e acessórios sem autorização expressa da **CONTRATADA** implicará em multa de 10 (dez) vezes o valor da fatura mensal, sem prejuízo do disposto no item 10.1, do presente Contrato.
- 8.2. As solicitações da **CONTRATANTE** que acarretem alterações na topologia, endereço e/ou características, em relação à situação inicialmente acordada, estarão sujeitas à apreciação da **CONTRATADA** pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da solicitação, para avaliação da viabilidade da solicitação.
- 8.3. Sobre a solicitação de alterações de Endereços e Topologia consideradas viáveis, a **CONTRATADA** terá prazo de 60 (sessenta) dias para a implantação das mesmas, as quais sujeitarão a **CONTRATANTE** ao pagamento de nova taxa de acesso para o novo endereço contratado, sem que esta alteração represente quitação de eventuais prestações ainda devidas pela contratação anterior.

#### **CLÁUSULA NONA – RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações, de acordo com as disposições do art. 79 a 80 da Lei 8.666/93:

- 9.1. Por mútuo acordo entre as Partes.
- 9.2. Em razão da falência e/ou concordata de uma das Partes.
- 9.2.1. No caso da rescisão do Contrato com base nos dois itens anteriores (9.1 e 9.2), não haverá obrigação das **Partes** de ressarcir uma a outra.
- 9.3. Por uma das **Partes**, caso a outra **Parte** venha descumprir as condições definidas no presente Instrumento Contratual. Neste Caso, a **Parte** que der causa à rescisão do Contrato em razão do descumprimento contratual incidirá nas penalidades (aplicando os percentuais adotados) estabelecidas no item 9.4.1.
- 9.4. Por qualquer uma das **Partes**, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias.



000072

- 9.4.1. A **Parte** solicitante da rescisão, nos termos do item 9.3, será obrigada a ressarcir a outra em 20% (vinte por cento) do valor total residual a cumprir conforme prazo definido no item 4.1.2.
- 9.5. Caso o presente Contrato venha a ser rescindido, as **Partes**, após o cumprimento das respectivas obrigações até então vencidas, firmarão Termo de Rescisão, dando mútua quitação das obrigações assumidas neste instrumento.
- 9.6. Em hipótese alguma a rescisão do presente Contrato desobrigará o **CONTRATANTE** do pagamento dos valores devidos à **CONTRATADA** em função dos serviços prestados anteriormente à rescisão.
- 9.7. Em caso de término ou rescisão deste Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a cessar imediatamente o uso de eventuais informações proprietárias ou confidenciais relacionada a este Contrato, bem como de quaisquer códigos, acesso ou endereços fornecidos pela **CONTRATADA**, em virtude dos serviços, sob pena de responder pelas perdas e danos a que der causa.

#### CLAUSULA DÉCIMA – PERDAS E DANOS

- 10.1. A **Parte** que comprovadamente causar danos aos equipamentos e/ou instalações da outra **Parte**, a qualquer momento, incluindo, durante as fases de pré-instalação, instalação, operação e desativação do Serviço, será responsável pelo ressarcimento dos custos de reparação dos equipamentos e/ou das instalações.
- 10.2. Sem prejuízo das demais disposições previstas neste Contrato, deverão ser indenizadas quaisquer perdas, danos diretos e despesas comprovadas, salvo o disposto no item 10.3, causadas por uma das **Partes** a outra **Parte**, seja por si ou por seus empregados, prepostos, agentes ou terceiros contratados para a execução do presente Contrato.
- 10.3. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, a responsabilidade prevista neste Contrato, limitar-se-á aos danos diretos, devidamente comprovados pela **Parte** prejudicada, excluindo-se eventuais danos indiretos, força maior ou caso fortuito, insucessos comerciais e lucros cessantes.
- 10.4. Salvo expressa disposição legal ou regulamentar em contrário, as **Partes** concordam que não serão responsabilizadas por eventuais danos indiretos ou incidentais e/ou insucessos comerciais, bem como lucros cessantes.
- 10.5. Sem prejuízo do disposto nos itens 10.1 a 10.4, uma **Parte** será responsável perante a outra por todas as perdas e danos diretos que causar, sempre que resultantes de conduta ou omissão culposa e/ou dolosa, devidamente comprovada na forma da lei.
- 10.6. Em nenhuma hipótese, os valores devidos em razão de danos causados, insucessos comerciais, lucros cessantes, e outros, sejam de que natureza for, serão superiores ao valor global do Contrato, referido no Anexo II.
- 10.7. Os casos fortuitos e de força maior serão excludentes de responsabilidade na forma do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.
- 10.7.1. A **Parte** que for afetada por caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados, deverá notificar a outra, de imediato, da extensão do fato e do prazo estipulado durante o qual estará inabilitada a cumprir ou pelo qual será obrigada a atrasar o cumprimento de suas obrigações decorrentes deste Contrato.
- 10.7.2. Cessados os efeitos de caso fortuito ou da força maior, a **Parte** afetada deverá, de imediato, notificar a outra para conhecimento desse fato, restabelecendo a situação original.

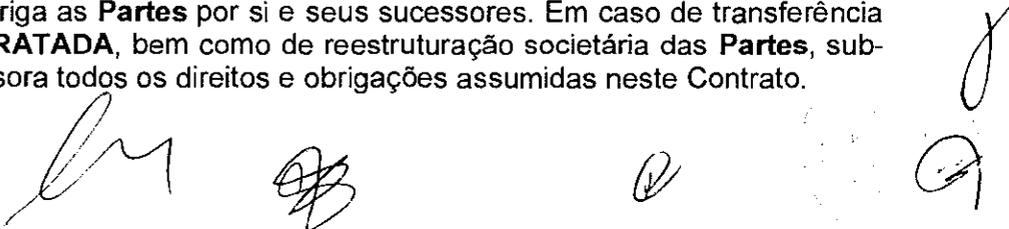
10.7.3. Se a ocorrência do caso fortuito ou de força maior prejudicar apenas parcialmente a execução das obrigações oriundas deste Contrato por uma das **Partes**, a **Parte** afetada deverá cumprir as obrigações que não tiverem sido afetadas pela ocorrência do caso fortuito ou da força maior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Os atendimentos realizados pela **CONTRATADA**, por solicitação da **CONTRATANTE**, nos quais não se detectem e/ou confirmem a existência de anormalidades a serem sanadas no serviço contratado, serão cobrados como visitas técnicas, no percentual de 20 % (vinte por cento) calculado sobre o valor da taxa de instalação prevista no item 4.1.5, das presentes Condições Gerais do Contrato.
- 11.2. O disposto neste Contrato poderá ser revisto consoante alterações supervenientes da legislação.
- 11.3. Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por qualquer das **Partes**, do direito ou faculdade que lhe assistem pelo presente Contrato, ou a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra **Parte**, não afetará direitos ou faculdades que poderão ser exercidos, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, nem alterará as condições estipuladas neste Contrato.
- 11.4. As **Partes** não poderão, sem a prévia e expressa autorização da outra **Parte**, ceder, transferir e/ou subcontratar, parcial ou totalmente, seja a que título for, os direitos e obrigações que venham a adquirir e/ou assumir por força do presente Contrato.
- 11.5. A subcontratação, se e quando admitida expressamente, não eximirá a **Parte** que der causa da responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações assumidas no Contrato em destaque.
- 11.6. As **Partes** reconhecem o presente Contrato como título executivo, na forma dos artigos 583 e 585, inciso II, do Código de Processo Civil.
- 11.7. O número da central de atendimento 24 (vinte e quatro) horas da COPEL TELECOM é 0800 41 41 81 e o endereço eletrônico é o [www.copeltelecom.com](http://www.copeltelecom.com).
- 11.8. A celebração deste Contrato não implica a cessão ou transferência à **CONTRATANTE** ou a terceiros de quaisquer direitos de propriedade intelectual ou informações confidenciais da **CONTRATADA** e/ou fornecedores desta.
- 11.9. As cláusulas do Contrato, bem como de seus Anexos I e II, que tenham por natureza caráter perene, especialmente as relativas à remuneração, direitos de propriedade intelectual e confidencialidade, sobreviverão ao término ou rescisão do Contrato.
- 11.10. Na hipótese de qualquer cláusula, termo ou disposição do Contrato ser declarada inválida, ilegal ou inexecutável, a validade, legalidade ou exequibilidade das demais disposições não será, de qualquer modo, afetada ou prejudicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUB-ROGAÇÃO

12.1. O presente Contrato obriga as **Partes** por si e seus sucessores. Em caso de transferência da autorização da **CONTRATADA**, bem como de reestruturação societária das **Partes**, sub-roga-se à entidade sucessora todos os direitos e obrigações assumidas neste Contrato.



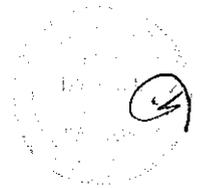
**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONFIDENCIALIDADE**

- 13.1. As **Partes** obrigam-se a manter e fazer com que seus empregados e representantes mantenham em confidencialidade informações sigilosas e sensíveis (informações proprietárias) de qualquer natureza a que venham a ter conhecimento em razão deste Contrato, na medida em que a confidencialidade tenha sido indicada ou se resultar inequivocamente da própria natureza das informações.
- 13.2. Cada **Parte** se obriga a respeitar e fazer respeitar permanentemente os direitos autorais, marcas, patentes, segredos do negócio e indústria e outros direitos de propriedade intelectual da outra **Parte** e/ou dos fornecedores desta e informar de imediato cada um deles, qualquer violação de que venha a ter conhecimento.
- 13.3. Cada **Parte** se compromete a não utilizar, exceto mediante prévia e expressa anuência por escrito do respectivo titular, qualquer nome, marca, logotipo ou símbolo de propriedade da outra **Parte** e/ou dos fornecedores desta, nem fazer qualquer declaração ou referência que indique a existência de qualquer vínculo ou relação contratual e negocial com as mesmas, sem que tal referência ou declaração seja previamente acordada, por escrito, pela outra **Parte** e/ou fornecedores desta, conforme o caso.
- 13.4. Cada **Parte** adotará medidas de proteção das informações relativas aos serviços, tão ou mais rigorosas do que aquelas adotadas pela outra **Parte**, para evitar que essas informações sejam de qualquer modo violadas, divulgadas, reveladas, publicadas, vendidas, cedidas, locadas, arrendadas ou de qualquer maneira transferidas pela **Parte** em questão, seus diretores, empregados, prepostos ou quaisquer terceiros.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO**

As partes elegem o foro da cidade de Cianorte - PR como foro competente para dirimir as questões decorrentes da execução deste Contrato, em detrimento de outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E por estarem justas e acordadas, as **Partes** rubricam as presentes condições, em duas vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.



Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

**ANEXO II - FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO - IP Direto**

Contratante: Município de Indianópolis	SERVIÇO: IP DIRETO
Município: Indianópolis	Endereço: Praça Caramuru, nº 150

PONTO DE CONEXÃO							
Município	Endereço	Velocidade	Prazo	Taxa de Instalação (R\$)	Taxa de Acesso (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Código do Enlace
Indianópolis	Praça Caramuru, nº 150 (Paço Municipal)	8 Mbps	12 meses	-	-	1.007,73	353892

O valor global estimado do presente contrato é de R\$ 12.092,76 (doze mil e noventa e dois reais e seis centavos).

Para pagamento do presente contrato, serão utilizados recursos do município consignados na seguinte dotação orçamentária:

- 03 – SECRETARIA GERAL
- 03.001 GABINETE DO SECRETARIO GERAL
- 04.122.0007-2016 Encargos Gerais do Município com a Adm. Municipal
- 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
- 3.3.90.39.57.00 Serviços de Processamento de Dados
- 150 - 0000 Recurso Ordinário
- 160 - 00510 Taxas – Exercício Poder de Polícia
- 170 - 00511 Taxas – Prestação de Serviços

Processo Administrativo nº 150/2016; inexigibilidade de Licitação nº 17/2016, de 24 de NOVEMBRO de 2016.

Pela CONTRATADA:

**Wesley de Souza Carvalho**  
Gerente do Departamento Comercial  
Copa Telecomunicações S.A.

Nome: **MARCOS ROBERTO BELTRAME**  
CPF: 772.277.439-34

Pela CONTRATANTE:

**PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS**  
Prefeito Municipal

Nome: **JOSE LOURENÇO TORMENA**  
CPF: 528.836.049-91

Testemunhas:

Indianópolis, 19 de dezembro de 2016.

000017

**ISTO RODRIGUES ME.** Inscrita no Pregão. **CONTRATO n.º** **003/2016** com a **empresa** **AVENIDA SOUZA NAVES, ZONA DOIS, município de Cianorte/PR RODRIGUES, CPF nº 555.816.099-34. ADA DE PEÇAS ORIGINAIS E NOVAS E ESPECIALIZADOS EM MÃO DE OBRA VEÍCULOS DA FROTA. RODOVIÁRIA de 01/01/2017 a 01/01/2018. VALOR (em Mil Reais). LICITAÇÃO: Processo de modalidade Pregão. **CONTRATO n.º****

**LETRICA LIDA.** Inscrita no CNPJ n.º, AVENIDA GOITACAZES, 113 OFICINA - CENTRO, município de Indianópolis/PR RUIGO DE SOUSA, CPF nº 048.855.309-9. AQUISIÇÃO FRACIONADA DE PEÇAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a R\$374,00 (Cento e Setenta e Oito Mil, Quatrocentos e Quarenta e Quatro Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. **CONTRATO n.º 160/2016.**

**QUILLOS LTDA.** Inscrita no CNPJ n.º, RUA MANOEL RAMIRES, 6364 - CEP: 81200-240, município de Cianorte/PR, ROD PR 323 KM 305, município de CIR MAXIMINO CHIAPETTI, CPF nº 048.855.309-9. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE 01(UM) PORTAS, NOVO OKM, ANO-MODELO 2014, COM FILTRO GASOLINA E ETANOL COM ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CIANORTE. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 15/12/2016 a 31/12/2017. **VALOR GLOBAL:** R\$1.176,00 (Um Mil e Quatrocentos e Seis Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. **CONTRATO n.º 166/2016.**

**LETRICA LIDA.** Inscrita no CNPJ n.º, AVENIDA GOITACAZES, 113 OFICINA - CENTRO, município de Indianópolis/PR RUIGO DE SOUSA, CPF nº 048.855.309-9. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS AUTO VEÍCULOS DA FROTA RODOVIÁRIA DE CIANORTE. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/01/2018. **VALOR GLOBAL:** R\$1.176,00 (Um Mil, Setecentos e Quarenta e Quatro Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. **CONTRATO n.º 162/2016.**

**LANES - ME.** Inscrita no CNPJ n.º, AVENIDA XAVANTES, 30 - CEP: 81200-240, município de Indianópolis/PR representada por MARCIO MENDES BIASOLI, CPF nº 593.372.499-87, RG, 4.397.532-3. **OBJETO:** SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS PARA A RODOVIÁRIA MUNICIPAL. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/01/2018. **VALOR GLOBAL:** R\$1.176,00 (Um Mil, Setecentos e Quarenta e Quatro Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 87/2016 - modalidade Pregão.

Inscrita no CNPJ n.º, 05.423.963/0001-11, quadra 03, Bl. A, s/n, Estação Tel. Centro Norte, Bairro Estação de Serviço de Telefonia Móvel (S/VC1), ligações interurbanas dentro das fora do Estado (VCC3), sistema de comunicação de voz. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 21/12/2016 a 21/12/2017. **VALOR GLOBAL:** R\$778,90 (setecentos e setenta e oito reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 18/2016 - modalidade Pregão. **CONTRATO n.º 165/2016.**

Inscrita no CNPJ n.º, 05.423.963/0001-11, quadra 03, Bl. A, s/n, Estação Tel. Centro Norte, Bairro Estação de Serviço de conexão à Internet. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 21/12/2016 a 21/12/2017. **VALOR GLOBAL:** R\$778,90 (setecentos e setenta e oito reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 18/2016 - modalidade Pregão. **CONTRATO n.º 165/2016.**

**CONTRATO N.º 003/2016 com a empresa TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME.** Inscrita no CNPJ n.º, RUA MARIA ABEL, CAMPO MOURÃO, Paraná, estabelecida à RUA MARIA ABEL, CAMPO MOURÃO, Paraná, de R\$3.200,00 sobre o valor do contrato primitivo. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**CONTRATO N.º 014/2016 com a empresa FERREIRA ME.** Inscrita no CNPJ n.º, PRAÇA IBRAHIM RODRIGUES OLIS, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica alterado o valor do contrato primitivo. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**CONTRATO N.º 015/2016 com a empresa LTDA - ME.** Inscrita no CNPJ n.º, PRAÇA CARAMURU, 37, CENTRO, Curitiba, de R\$3.915,60 sobre o valor do contrato primitivo. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**CONTRATO N.º 016/2016 com a empresa EPP.** Inscrita no CNPJ n.º, RUA MINAS GERAIS, 744 CASA, Curitiba, de R\$1.885,00 sobre o valor do contrato primitivo. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**CONTRATO N.º 017/2016 com a empresa PÁTICOS E PEDAGÓGICOS LTDA**

**ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$3.225,59. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**430. QUARTO ADITIVO DO CONTRATO N.º 42/2016 com a empresa MARIA ALICE G. SILVA & CIA LTDA.** Inscrita no CNPJ n.º 85.051.985/0001-37, estabelecida à AV. XAVANTES, 239 GALA; Centro, Indianópolis, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$2.642,00. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**431. SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO N.º 43/2016 com a empresa MAQUEA & MAQUEA LTDA - ME.** Inscrita no CNPJ n.º 01.046.618/0001-55, estabelecida à TRAVESSA A, 15, Centro, Japurá, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$469,14. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**432. PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N.º 85/2016 com a empresa AUTO POSTO INDIANÓPOLIS.** Inscrita no CNPJ n.º 11.849.208/0001-04, estabelecida à AV. GOITACAZES, 155, Centro, Indianópolis, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$11.310,00. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**433. PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N.º 82/2016 com a empresa MARIVALDO PATRÍCIO DE OLIVEIRA.** Inscrita no CNPJ n.º 79.579.611/0001-96, estabelecida à AV. ESPANHA, 1410, Centro, Rondon, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$37.375,00. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**434. CONTRATO: COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.** Inscrita no CNPJ n.º 04.368.865/0001-66, estabelecida à RUA JOSE IZIDORO BIAZETTO, 158 BLOCO A - CEP: 81200240 - BAIRRO: MOSSUNGE, município de Curitiba/PR representada por Wesley de Souza Carvalho, CPF nº 020.245.259-03, RG. 6.136.938-4. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET (SERVIÇO IP DIRETO) TENDO ACESSO POR CABO ÓPTICO, SEM FILTROS NO BACKBONE DA COPEL, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/01/2018. **VALOR GLOBAL:** R\$12.092,76 (Doze Mil e Noventa e Dois Reais e Setenta e Seis Centavos). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 17/2016 - modalidade Processo inexigibilidade. **CONTRATO n.º 166/2016.**

**435. CONTRATO: CONTROLAB - CONTROLE DE QUALIDADE PARA LABORATÓRIOS LTDA.** Inscrita no CNPJ n.º 29.511.607/0001-18, estabelecida à RUA ANA NERI, 416 - CEP: 20911442 - BAIRRO: BENFICA, município de Rio de Janeiro/RJ representada por MARCIO MENDES BIASOLI, CPF nº 217.794.817-72, RG. 1367049. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE ATIVIDADE DE SERVIÇOS DE ENSAIO DE PROFICIÊNCIA (BIOQUÍMICA I, DENGUE I, HEMATOLOGIA, IMUNOLOGIA - ANTITREPTOLISINA O QUALITATIVA, IMUNOLOGIA - FATOR REUMATÓIDE QUALITATIVO, IMUNOLOGIA - PROTEINA C REATIVA QUALITATIVA, PARASITOLOGIA E URINÁLISE EAS) PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/01/2018. **VALOR GLOBAL:** R\$5.813,04 (Cinco Mil, Oitocentos e Treze Reais e Quatro Centavos). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 39/2016 - modalidade Processo dispensa. **CONTRATO n.º 167/2016.**

**436. PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N.º 164/2016 com a empresa OI NOVEL S.A.** Inscrita no CNPJ n.º 05.423.963/0001-11, estabelecida à ST SETOR COMERCIAL NORTE, QUADRA 03, BL. A, S/N, BAIRRO ASA NORTE, BRASÍLIA/DF. **ALTERAÇÃO:** Ficam aditivadas mais 05 linhas novas, espelhando linha existente no plano de R\$24,90 e adição de pacote de internet de 10 MB por R\$29,90 em duas linhas. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**437. PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N.º 76/2016 com a empresa RAIDNET PROVEDOR DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME.** Inscrita no CNPJ n.º 18.016.662/0001-15, estabelecida à RUA MONTE CASTELO, 116, ZONA 2, CIANORTE, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica aditivado o valor de R\$300,00. Fica prorrogada a vigência do contrato até 31 de janeiro de 2017. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**438. QUARTO ADITIVO DO CONTRATO N.º 164/2013 com a empresa CLÍNICA INFANTIL MENINO JESUS LTDA - ME.** Inscrita no CNPJ n.º 75.781.344/0001-84, estabelecida à Rua Piratininga, 35 - Centro, Cianorte, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica alterada a data de vigência do contrato até 28/02/2017. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**439. CONTRATO: AGÊNCIA FZ S.S.LTDA.** Inscrita no CNPJ n.º 04.998.511/0001-03, estabelecida à AVENIDA ESPÍRITO SANTO, 1203 - CEP: 87200035 - BAIRRO: ZONA 01, município de Cianorte/PR representada por ADRIANO ALEX ARANTES, CPF nº 005.362.199-90, RG. 5867943-7. **OBJETO:** Contratação de Agência de Publicidade para execução dos serviços de divulgação, compreendendo a criação, produção, distribuição, veiculação e controle de campanhas institucionais e publicitárias do Poder Executivo de Indianópolis. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/01/2018. **VALOR GLOBAL:** R\$168.000,00 (Cento e Sessenta e Oito Mil Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 8/2016 - modalidade Tomada de preços. **CONTRATO n.º 168/2016.**

**440. SEXTO ADITIVO DO CONTRATO N.º 39/2013 com a empresa FERNANDES E FERNANDES CLÍNICA MÉDICA LTDA EPP.** Inscrita no CNPJ n.º 17.580.254/0001-29, estabelecida à RUA DOS INDIOS, 510, Centro, São Manoel do Paraná, Paraná. **ALTERAÇÃO:** Fica alterado o valor mensal nos meses de dezembro de 2016, janeiro e fevereiro de 2017 de R\$37.500,00 para R\$42.396,00 referente ao acréscimo de um médico para trabalhar 20 horas semanais, devido a problemas de saúde de funcionário concursado. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**441. CONTRATO: FRANCIELY KAROLINE DOS SANTOS JACINTO.** Inscrita no CNPJ n.º 083.123.179-37, RG. 10837314-8, estabelecida à RUA PARAIBA, 909 - CEP: 87430000 - BAIRRO: CENTRO, município de Tapejara/PR. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE UM(A) ENFERMEIRO(A) PARA ATENDIMENTO DE PLANTÕES NOTURNOS E DIURNOS COM TAREFAS INERENTES AO TRABALHO ESPECÍFICO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** de 01/01/2017 a 01/05/2017. **VALOR GLOBAL:** R\$11.780,00 (Onze Mil, Setecentos e Oitenta Reais). **LICITAÇÃO:** Processo de Licitação Edital nº. 9/2016 - modalidade Tomada de preços. **CONTRATO n.º 169/2016.**

000678